

MEMÓRIA, REPARAÇÃO E JUSTIÇA RACIAL



II EDIÇÃO - 2023



INSTITUTO
MARIELLE
FRANCO

"Até que os leões inventem as
suas próprias histórias, as
histórias de caça sempre
glorificarão o caçador."

(PROVÉRBIO AFRICANO)



II EDIÇÃO - 2023

FICHA TÉCNICA

REALIZAÇÃO

Iniciativa Direito à Memória e
Justiça Racial - IDMJR, Instituto de
Estudos das Religião - ISER e
Instituto Marielle Franco

COORDENAÇÃO

Fransérgio Goulart, Giselle Florentino, Patrick
Melo, Nina Barrouin, Lucas Matos, Késsia Gomes e
Erivelto Melchiades e Lígia Batista

COMISSÃO AVALIADORA

Iniciativa Direito à Memória e
Justiça Racial - IDMJR, Instituto de
Estudos da Religião - ISER, Rafael
Maul, Jordhanna Cavalcante

DIAGRAMAÇÃO

Patrick Melo

FOTO DA CAPA

Mauro Pimentel

Avenida Erasmo Braga, 277, Centro/RJ
CEP: 20020-000
Idioma Original Português

Publicado originalmente em 2023 pela Iniciativa Direito à Memória e
Justiça Racial

Todos os direitos reservados. Esta publicação possui
direitos autorais, mas pode ser reproduzida livremente
por quaisquer meios, para fins educacionais, de
militância e de campanhas, não podendo ser
comercializado.

Para saber mais da IDMJR: <https://dmjracial.com/>

APRESENTAÇÃO

A construção coletiva desta segunda edição da Revista Ruas e Encruzilhadas: Resistem! Reúne produções atravessadas de diversas maneiras pelo tema da Memória, Reparação e Justiça Racial, fruto do encontro político e do diálogo entre a Iniciativa Direito à Memória e Justiça Racial, o Instituto de Estudos da Religião e o Instituto Marielle Franco.

A partir das diferentes trajetórias históricas de cada uma das organizações, a publicação é atravessada pela aposta política que ancora a discussão sobre memória e reparação no cotidiano de nossas ações, desenvolvidas de forma coletiva, em aliança com um campo amplo da luta popular, na trilha dos acúmulos políticos e teóricos dos movimentos, coletivos e organizações negras, de favelas e de familiares de vítimas da violência de Estado.

A memória, desde uma perspectiva que racializa os conflitos e as violências históricas e atuais da sociedade brasileira, é um potente dispositivo de organização, mobilização e resistência, como, aliás, demonstram os textos, poesias e fotos que compõem esta edição da Revista Ruas e Encruzilhadas. É a memória mobilizada como ferramenta de luta pela reparação

e pela justiça racial.

A publicação nos resguarda dos riscos da memória seletiva, que ainda domina as perspectivas hegemônicas sobre essa discussão.

A memória seletiva não reconhece a trama contínua da violência do Estado colonialista/capitalista no Brasil e relativiza a sua atualidade. O terror de Estado no Brasil, e na América Latina como um todo, tem uma história anterior às experiências autoritárias do século XX; e, por outro lado, não terminou, com o processo de democratização. A política de segurança pública genocida, o encarceramento massivo de pessoas negras, o racismo religioso e a violência contra quilombolas, indígenas e camponeses constitui a reprodução da lógica histórica de dominação: do escravismo, da ditadura empresarial-militar e da democracia das chacinas, para usar um conceito produzido na luta do movimento de familiares de vítimas de violência de Estado.

A construção de memória, de forma consequente e potente, precisa dar conta dessa trama de violências e mortes, mas como ferramenta de luta pela vida. Ana Flauzina alerta que:

"Nunca será demasiado o esforço de lembrar que os números frios retratando nossas mortes, têm histórias de bolos de aniversário, férias em família, paixões adolescentes, mergulhos no rio e no mar. As estatísticas são, acima de tudo, o registro de vidas pulsantes tragicamente interrompidas. Trajetórias que devem ser contadas, honradas, partilhadas."

(Flauzina, 2023)

Os textos, poesias e fotos publicadas materializam a memória da barbárie do Estado; mas também a memória das histórias de vida e resistência; vida e resistência das comunidades de terreiro, dos movimentos sociais de vítimas de violência de Estado, dos quilombos e comunidades ribeirinhas, dentre outras tantas formas de existência coletiva e luta por justiça racial.

Nos afastamos das armadilhas da memória seletiva, para pensar criticamente as diferentes arenas de lutas por reparação. Desde a organização do Curso Memória, Reparação e Justiça Racial, organizado em março de 2023 pela IDMJRacial e pelo ISER, no IMF, mobilizamos diversas perspectivas de repensar as formas de luta por reparação, fora e dentro das institucionalidades.

Reconhecendo a legitimidade da luta em diversos espaços, das ruas aos institucionais, a discussão

sobre memória e reparação abre horizontes para pensar as contradições de instituições de poder que aparecem como espaços de disputa por reparação, mas são fundamentalmente protagonistas da barbárie estatal, a exemplo do poder judiciário. Enfrentar essa contradição, ao que parece, é um caminho potente para a avaliação coletiva dos limites e efetivas possibilidades dessas disputas institucionais, além de fortalecer a perspectiva de que elas perdem sentido político quando desconectadas das lutas sociais nos territórios. Os textos, poesias e fotos aqui publicadas também nos ajudam a refletir sobre essas questões.

Boa Leitura!

SUMÁRIO

APRESENTAÇÃO

PARTICIPAÇÕES ESPECIAIS

RACISMO RELIGIOSO 9

IYÁ WANDA ARAÚJO

MEIA DÉCADA RESISTINDO POR MARIELLE 13 LUTAMOS POR MEMÓRIA, REPARAÇÃO E JUSTIÇA SOCIAL E RACIAL

MARINETE SILVA E LUYARA FRANCO

A CONTÍNUA PROFANAÇÃO DA VIDA 20

SOBRE MATAR CORPOS NEGROS E

INTERDITAR SUAS MEMÓRIAS

RONILSO PACHECO

DOR 28

KAOLIN

CASA DE BRANCO, NÃO! 30

SILÊNCIO NUNCA, MAIS!

LYZANDRA MARTINS MOURA

A EMPATIA SELETIVA NO 32

TEATRO DA RAZÃO

CARLOS CYPRIANO

SUMÁRIO

EU E MINHAS COMPANHIAS 39

(UMA EXPERIÊNCIA DE MEDO)

SUEKA

DO LUTO À LUTA 45

COMO O ESTADO VIOLENTA MULHERES PRETAS E PERIFÉRICAS APÓS VITIMAR SEUS FILHOS?

VICTÓRIA LIDIANA

O DIA APÓS A CHACINA 48

EDSON SANTANA

A MILÍCIA É O ESTADO 51

RAFAEL DAGUERRE

JUSTIÇA PROS NOSSOS 56

COMBATER O RACISMO E O ENCARCERAMENTO

SEM AS ARMAS DO OPRESSOR

PATRÍCIA HERMAN

A TROPA DOS GUERREIROS 59

POR CRISTO

WUD ÁFRICA

BRASIL DE TODOS OS SANTOS 63

UM PAÍS CONSTRUÍDO A PARTIR DE COMUNIDADES TRADICIONAIS DE MATRIZ AFRICANA

LUCAS RIBEIRO DOS SANTOS

SUMÁRIO

A ORLA DE ANGRA DOS REIS É ASSOMBRADA 69

NANA BATISTA

PALAVRAS ATLÂNTICAS 71

PAULO FERNANDES

O REFLEXO INFIEL NO ABEBÊ DE UMA YABÁ 74

VIOLAÇÕES DE DIREITOS, INTOLERÂNCIA E RACISMO

RELIGIOSO EM SÃO LUIS - MARANHÃO

GERSON LINDOSO

DOS DESAFIOS DE REPARAR AQUELES 85

QUE INSISTIMOS EM NÃO VER

BREVES CONSIDERAÇÕES SOBRE OS PCTRAMA NO

CONTEXTO DA REPARAÇÃO DE BRUMADINHO/MG

FERNANDO LUIS DE ASSIS OLIVEIRA BARBOSA

É PRECISO UMA COMUNIDADE INTEIRA 95

PARA EDUCAR UMA CRIANÇA!

IYÁ KATIUSCIA LUCAS DE YEMANJÁ (KATIUSCIA LUCAS RIBEIRO)

BAOBÁ 105

YASMIN FLORES

PARTICIPAÇÕES ESPECIAIS

Para a segunda edição da Revista Ruas e Encruzilhadas: Resistem!, contamos com a colaboração de convidados especiais. Nós, a Iniciativa Direito à Memória e Justiça Racial - IDMJR, o Instituto de Estudos da Religião - ISER e o Instituto Marielle Franco, convidamos figuras que contribuem em debate e ações relacionadas à temática deste ano, Memória, Reparação e Justiça Racial.

São quatro convidados que constroem em suas lutas diárias e em produções intelectuais, seja em suas instituições, organizações, comunidades, coletivos ou movimentos, caminhos, mecanismos e estratégias para o combate às opressões, para a preservação, produção e garantia de memória, por justiça racial e reparação às arbitrariedades e violências por meio da ação ou da omissão do Estado.

Nossos convidados são:

Iyá Wanda Araújo, Iyalorixá do Ylê Asé Egi Omim e coordenadora do Centro de Tradições Ylê Asé Egi Omim. Jornalista de formação, Iyá Wanda é uma ativista e mobilizadora cultural, pesquisadora, educadora social e figura histórica do Movimento Negro Unificado.

Ronilso Pacheco, Teólogo, mestre em Religião e Sociedade pela Universidade de Columbia, Diretor de Programas do ISER; é pastor auxiliar na Comunidade Batista em São Gonçalo (RJ), ativista, escritor e pesquisador sobre teologia negra, religião e sociedade.

Marinete Silva, Advogada, membro da Comissão de Direitos Humanos da OAB/RJ. Mãe de Marielle Franco e Anielle Franco. Conselheira Fundadora do Instituto Marielle Franco. Resistindo por suas filhas e netas.

Luyara Franco, 24 anos, estudante de educação física, cofundadora e assessora de memória do Instituto Marielle Franco.



RACISMO RELIGIOSO

IYÁ WANDA ARAÚJO

➤ RACISMO RELIGIOSO

IYÁ WANDA ARAÚJO

Neste ano (2023) eu estive na Câmara Municipal da nossa cidade recebendo a medalha Chiquinha Gonzaga que me foi oferecida pela vereadora Luciana Boiteux, do PSOL. Não sei se vocês já entraram nesta casa, mas ali no espaço do plenário existe um quadro, uma tela pintada, imensa, que retrata a cena da Primeira Missa Católica realizada no Brasil. Essa tela fica bem de frente, atrás da tribuna principal. E como se não bastasse a grandiosidade da pintura, existe também, logo abaixo desta tela, um crucifixo. O Brasil é OFICIALMENTE um Estado laico. A Constituição brasileira garante a liberdade de crença religiosa aos cidadãos, e também a proteção e o respeito á todas as manifestações religiosas. No artigo 5º da Constituição Brasileira de 1988 está escrito:

“É inviolável a liberdade de consciência e de crença, sendo assegurado o livre exercício dos cultos religiosos e garantida, na forma da lei, a proteção aos locais de culto e a suas liturgias.”

Então, como fazer valer o fato de que somos um Estado laico, se

na própria casa que legisla sobre a nossa cidade está destacado um símbolo que retrata a violência colonial através da imposição de uma única fé? Como acreditar que o Brasil é um Estado laico se o cartão postal de nossa cidade é a estátua do Cristo Redentor de braços abertos? Como acreditar em Estado laico diante do projeto político-midiático de extrema-direita das seitas neopentecostais, que desde o final dos anos 70, vem se instaurando com força no Brasil? Como fazer valer o Estado laico se o Prefeito-Pastor de nossa cidade nos governou com uma bíblia debaixo do braço e atacando explicitamente nossas práticas culturais e nossos modos de vida?

Então, há também uma disputa simbólica em jogo. Mas essa disputa é totalmente desigual. Porque essa disputa simbólica conta com aparatos institucionais muito poderosos, que são, na maioria das vezes, inacessíveis para nós. As religiões de matrizes africanas não estão estruturadas em aparatos institucionais. Nós, os povos de terreiro, versamos a arte da

mandinga. Nós somos as esquivas contra-coloniais, que resistiram às múltiplas formas de catequese. Somos aqueles que há 5 séculos estamos driblando as artimanhas das violências concretas e simbólicas. Nesse jogo, nós não temos nada a ver com o aparato institucional político das religiões baseadas nos livros. Nós somos o legado diaspórico. Nós somos os zeladores do AWO, o segredo, que é a nossa herança ancestral em sua abundância, riqueza e estratégicas de sobrevivência. Mas o nosso legado diaspórico traz também em seu carregamento as feridas da violência, do apagamento, da escravização, e do extermínio.

Então, se por um lado, o conceito de INTOLERÂNCIA RELIGIOSA consegue abarcar preconceitos e ataques sofridos por todas as religiões, por outro lado, ele mascara e não dá conta do que acontece, especificamente, com as religiões de matrizes africanas. Este conceito traz também uma falsa simetria. E é equivalente à contradição de que o Brasil, em tese, deveria ser um Estado laico, mas na prática, as religiões relacionadas com a herança colonial seguem entranhadas nas instâncias institucionais.

Então, eu acredito que o termo

INTOLERÂNCIA RELIGIOSA não dá conta da dimensão real do problema. Nós precisamos falar de RACISMO RELIGIOSO.

**SE AS CONTRADIÇÕES E DESIGUALDADES
QUE VIVEMOS HOJE SÃO HERANÇAS
COLONIAIS DEFINIDORAS DAS
DESIGUALDADES DE RAÇA, CLASSE E
GÊNERO, ENTÃO AS VIOLÊNCIAS SOFRIDAS
PELAS RELIGIÕES TAMBÉM ESTÃO
RELACIONADAS À ESTAS QUESTÕES.**

A colonialidade que persiste entre nós ainda hoje se organiza em torno do sistema capitalista, do patriarcalismo e do racismo. A noção de RACISMO RELIGIOSO precisa ser posta em um lugar de destaque neste debate. A vida do povo negro é inseparável da luta antirracista. O antirracismo é o projeto político da sociedade preta. Os ataques às religiões de matrizes africanas são resultado de séculos de execução de um projeto supremacista branco. Um projeto de incompreensão dos nossos modos de vida, de desejo de aniquilamento de nossas práticas, de nossos modos de existência.

Então, da mesma forma que a economia da violência é desigual em sua distribuição,

porque são os nossos corpos que tombam majoritariamente, também são desiguais os ataques violentos que atingem os terreiros. Da mesma forma que nossos corpos valem menos que determinados corpos, também comovem menos os ataques terroristas que temos sofrido sistematicamente.

Estamos falando de um problema de SEGURANÇA PÚBLICA. Quantos casos de ataques a terreiros denunciados nas delegacias de polícia foram investigados, apurados e julgados? Quantas dessas situações tiveram justiça feita? Quantas? Como denunciar esses crimes na polícia, se era a polícia que, historicamente, invadia os terreiros e destruía os nossos assentamentos e apreendia nossos otás e ferramentais. Isso sempre existiu. Mas agora essa invasão foi aperfeiçoada de maneira perversa e conta com o aval de nossos governantes. Então como enfrentar esse problema de segurança pública se a cara contemporânea da INTOLERÂNCIA RELIGIOSA mistura a figura do traficante ou a do miliciano com a figura do pastor neopentecostal. Muitos espaços religiosos estão sendo destruídos no Brasil por este novo personagem complexo: a do bandido neopentecostal. Precisamos sair da zona de

conforto e dar nomes aos bois.

Nossa luta é também para desmistificar o endemoniamento da cultura preta. Precisamos ouvir quem nos antecede. Precisamos aprender a ser o que somos. Precisamos mobilizar essa escuta das vozes encarnadas. O futuro é ancestral, como diz nosso irmão aliado Ailton Krenak. Mas a força dessa ancestralidade pode se fortalecer ainda mais se disputarmos os modos como contam as histórias sobre nós. É preciso qualificar a luta antirracista no debate da INTOLERÂNCIA RELIGIOSA. E só através dessas práticas que poderemos dar um fim às violências de racismo religioso que nos atingem.

QUE NÓS POSSAMOS ESCREVER
OUTRAS MEMÓRIAS PARA O
FUTURO. MODUPÉ. AXÉ.



MEIA DÉCADA RESISTINDO POR MARIELLE

LUTAMOS POR MEMÓRIA, REPARAÇÃO E JUSTIÇA SOCIAL E RACIAL

MARINETE SILVA E LUYARA FRANCO

⇨ MEIA DÉCADA RESISTINDO POR MARIELLE

Lutamos por Memória, Reparação e Justiça Social e Racial

MARINETE SILVA¹ E LUYARA FRANCO²

Há quase seis anos, fomos atingidas pela dor inenarrável que é perder a filha, que é perder a mãe: em 14 de março de 2018, época do governo Temer na qual o Estado do Rio de Janeiro estava sob intervenção federal na segurança pública, Mari estava a caminho de casa quando foi brutalmente tirada de nós, junto a seu motorista Anderson. Desde então, caminhamos resistindo bravamente com muita indignação e muita saudade!

Lembramos bem que logo após a morte de Mari, começaram a surgir diversas fake news sobre ela, com acusações falsas e criminosas sobre a sua atuação. De lá até aqui, nós seguimos defendendo a memória dela para que as futuras gerações sigam lembrando quem Marielle foi, e é, e o que ela representa. Afinal, nossos passos vêm de longe e nós não vamos parar por aqui: a luta de Marielle seguirá sendo espalhada e concretizada por todos os cantos.

A Mari nasceu na favela da Maré no Rio de Janeiro. Aos 19 anos,

deu à luz à maior semente de Mari. Nós duas, Luy e Marinete, estamos ligadas a ela por um elo visceral, sagrado e profundo. Na tradição Iorubá, essa ligação é conhecida como o elo que a prole tem com a Ìyá, a criadora de tudo, a doadora de vida, matripotente.³ Na tradição católica, é a fé e o amor de Maria que nos guia e conforta os nossos corações. E a partir dessa ligação ancestral e inquebrantável com a Mari, que seguimos honrando a sua memória, lutando por justiça social e racial e reparação.

Mari começou a atuar politicamente aos 20 anos, após perder uma amiga numa troca de tiros entre policiais e possíveis traficantes. E, ao longo de sua atuação, lutou junto a muitas mães das favelas por justiça pelos filhos destas. Por isso, não teria como ser diferente, a nossa luta por justiça por Marielle e Anderson se reconhece na dor do luto e na resistência da luta de tantos outros casos de violência política de gênero e raça, de crimes contra a vida de defensores de direitos

humanos e mortes produzidas pelo Estado.

Sabemos que não há que se falar em casos isolados. Mirtes Renata, de Pernambuco, luta por justiça por seu filho Miguel Otávio. Ana Paula Oliveira, cria da favela de Manguinhos, no Rio de Janeiro, luta por seu filho Johnatha de Oliveira Lima, vítima letal da violência policial. Bertha Zúniga, de Honduras, luta por sua mãe, a liderança lenka Berta Cáceres. Nívea Raposo, no Rio de Janeiro, luta por justiça por seu filho Rodrigo Tavares. Também não poderíamos deixar de mencionar o caso da líder quilombola e Ialorixá Bernadete Pacífico, que foi brutalmente assassinada dentro de sua casa, no Quilombo Pitanga dos Palmares, na Bahia, em 17 de agosto de 2023. Ela lutava por justiça por seu filho Flávio Gabriel Pacífico dos Santos, conhecido como "Binho do Quilombo", assassinado em 2017.

Além de defensora de Direitos humanos e vereadora, a Mari foi também uma intelectual que produziu reflexões acerca do modelo de Estado Penal na perspectiva da Segurança Pública. Já em 2014, ela escreveu a dissertação de título UPP - A redução da favela a três letras: Uma análise da Política de

Segurança Pública do Estado do Rio de Janeiro, obra na qual denunciou que:

(...) o discurso de 'guerra contra as drogas' e de controle dos territórios são iniciativas para conquistar o apoio do conjunto da cidade com uma alusão à paz. Sobretudo, através de recursos ideológicos como instrumentos fundamentais para conquistar a opinião pública e o senso comum, a fim de sustentar as contradições desta política. (...) não há "guerra" [às drogas] nesse processo. O que, de fato, existe ou está indicado é uma política de exclusão e punição dos pobres, que está escondida por trás do projeto das UPPs. (...) nem as drogas ilícitas, nem os armamentos de pequeno ou grande porte são produzidos nos territórios, aos quais é declarada uma guerra em que os inimigos são os que vivem nas favelas. Não há qualquer garantia ou indício de que o enfrentamento ao varejo do tráfico represente uma efetiva desmobilização do comércio de drogas.⁴

Achamos válido relembrar que essa política de morte realizada cotidianamente nos territórios de favela e periferia continuou, inclusive, durante a pandemia do COVID-19. Para exemplificar uma demonstração da perpetuação do modelo de falsa "guerra às drogas", denunciado por Mari, em 6/5/2021, ocorreu a Chacina do Jacarezinho, que resultou na morte de 28 pessoas.

Logo após o massacre, a Secretaria da Polícia Civil do Rio impôs um sigilo de cinco anos sobre todos os documentos de operações realizadas desde junho de 2020, inclusive a do Jacarezinho, o que evidencia a ausência de transparência das ações da Polícia no Estado. Trata-se de um modelo de segurança pública baseado na lógica de inimigo interno, e tem origem no histórico de subalternização e exploração escravocrata e colonial do país.

Aqui é importante mencionarmos alguns fatos: Em 2020, o governador Cláudio Castro nomeou Allan Turnowski para o cargo de secretário da Polícia Civil. Na gestão Allan Turnowski, trocou o delegado do caso Marielle e Anderson. Essa foi uma das primeiras das muitas trocas de comando da investigação.

Turnowski deixou o cargo em março de 2022 para se candidatar a uma vaga de deputado federal pelo PL (Partido Liberal) para o qual recebeu apoio de Cláudio Castro. Em sua campanha, Turnowski não apenas defendeu a ação da Polícia Civil na operação no Jacarezinho, como também utilizou as mortes como bandeira de campanha. Seu número da urna, 2227, seria uma alusão aos 27 civis mortos na

chacina. Posteriormente, investigações do MPRJ demonstraram que Turnowski agiria como “agente duplo” e teria uma relação próxima com Ronnie Lessa, que está preso preventivamente acusado de matar Marielle e Anderson e seria informante do Turnowski.

Um pouco mais de um mês depois da chacina do Jacarezinho, em 8/6/2021, Kathlen Romeu, jovem negra e gestante, foi assassinada com um tiro de fuzil, durante uma ação envolvendo Policiais Militares da Unidade de Polícia Pacificadora (UPP) do Complexo de Lins Vasconcelos, no Rio de Janeiro. A narrativa trágica de gravíssimas violações de Direitos humanos se repete e casos como esses constituem, assim, um contexto de afronta à decisão da ADPF 635, na qual o Supremo Tribunal Federal determinou a restrição das operações policiais realizadas no estado do Rio de Janeiro. Na verdade, casos como esses acontecem há anos em todo o Brasil. A Chacina do Cabula é a exemplificativa disso, o massacre de 12 jovens negros na Vila Moisés, comunidade pobre da região de Cabula, em Salvador, Bahia, por policiais militares, em 6/2/2015.⁵ Nas ruas, becos e vielas das periferias, as mortes são produzidas pela Polícia e por milícias.

Em seu turno, o funcionamento da Justiça assente todos os dias com o derramamento de sangue do povo negro. O Poder Judiciário é um dos pilares de sustentação do sistema patriarcal-racista-capitalista e opera através de um modelo de segurança pública baseado na lógica de inimigo interno e conduzido por tomadores de decisão imersos na lógica da branquitude - em sua esmagadora maioria homens cis brancos e de classe média. Assim, estrutura, e é estruturado por discursos e práticas que naturalizam o sofrimento infligido aos povos subalternizados e explorados nos processos de colonização, perpetuando as hierarquias sociais baseadas no gênero, na raça e na classe ampliando violações de Direitos humanos e viabilizando a acumulação de capital calcada na expropriação destes mesmos povos. Em outras palavras, os meios oferecidos pelo Estado para buscar por justiça são também estruturas que fornecem sustentáculo para que outras violências brutais como a que aconteceu com a Mari continuem acontecendo.

Cabe ressaltar que tanto o Poder Judiciário como o Ministério Público desempenham um papel na legitimação da violência policial e do terrorismo de

Estado, cujos exemplos são: criminalização da juventude negra, periférica e de movimentos sociais, a não punição de algozes da violência policial, a aceitação de provas obtidas a partir de tortura ou da entrada não autorizada em residências na favela, testemunhos dos próprios policiais como únicas provas em processos criminais, a ausência de controle externo efetivo da atividade policial, regulamentado em Lei, e ainda, a seletividade penal que promove o superencarceramento de pessoas negras e empobrecidas em estabelecimentos penais reconhecidos internacionalmente pela tortura e outras violações massivas de Direitos humanos, como é o caso das penitenciárias :Urso Branco (Rondônia, Norte do País) e o Complexo Curado (Pernambuco).

Esta impunidade, dessas violações contra a população afro-brasileira, permite a repetição de atos semelhantes e a perpetuação do racismo estrutural. Ressaltamos que no Brasil, não há uma política de reparação aos familiares e vítimas de violência do Estado que garanta investigação independente, participação efetiva nas investigações, indenização e apoio psicológico contínuo.

Nesse contexto, como buscar justiça por Marielle diante de um Poder Judiciário insulado, encastelado, majoritariamente formado por pessoas brancas? E a reparação, da onde virá, qual é o seu sentido? As respostas a estas perguntas estão sendo tecidas a partir da nossa resistência diária. E nós, mãe e filha de Marielle Franco, movidas pelo elo profundo que nos une a ela, acreditamos que somente com a nossa ancestralidade, matripotência e protagonismo conseguiremos mudar as estruturas da sociedade e a fotografia do poder, de modo a alcançar justiça e reparação. E reparação, para nós, mulheres negras, é construir o futuro fazendo justiça ao passado.

Por isso, cerca de um ano após o feminicídio político que marcou a história da nossa democracia, em 2019, criamos o Instituto Marielle Franco para inspirar, conectar e potencializar mulheres negras, LBTQIA+ e periféricas a seguirem movendo as estruturas da sociedade por um mundo mais justo e igualitário. Muitas mulheres negras, cis, trans e travestis, políticas, defensoras de Direitos humanos também sofrem violência política em decorrência da associação dessas mulheres à figura de Marielle ou às ideias que ela defendia. A falta de

respostas sobre quem mandou matar Marielle funciona como um aval do Estado para que outros ataques às mulheres negras continuem ocorrendo. A ausência de políticas de proteção e de enfrentamento à violência política de gênero e raça funciona como um método de barreira, que impede a chegada de pessoas como Marielle em espaços de poder e decisão, e como ameaça à sua permanência nestes espaços sem pessoas como Marielle em espaços de poder e de decisão, se torna impossível a concretização de políticas de reparação para todas nós.

Apesar disso, não desistimos. Mari também transformou o jeito de fazer política, e seu legado nos inspira a lutar todo dia com amor, esperança e muita coragem para denunciar as violências que cotidianamente acometem nosso povo negro e periférico. Nós, Luyara e Marinete, acreditamos que a justiça social e racial será alcançada de forma coletiva e defendemos que as todas as pessoas que tiveram seus entes queridos mortos pelo genocídio antinegro possam ser reparadas e que nenhuma dessas violações atinjam mais mães e filhas negras e periféricas!

SEGUIMOS AINDA QUERENDO SABER: QUEM MANDOU MATAR MARIELLE E POR QUÊ? MAIS DE MEIA DÉCADA SEM RESPOSTAS É TEMPO DEMAIS!



Vereadora
Marielle Franco
1979-2018. Mulher negra, favelada, LGBT e defensora dos
direitos humanos
Institucionalmente assassinada em 14 de março de 2018 por um
atentado terrorista em sua casa

Quem
mandou
matar Marielle?

Referências

1. Advogada, membro da Comissão de Direitos Humanos da OAB/RJ. Mãe de Marielle Franco e Anielle Franco. Conselheira Fundadora do Instituto Marielle Franco. Resistindo por suas filhas e netas.
2. Luyara Franco, 24 anos, estudante de educação física, cofundadora e coordenadora de memória do Instituto Marielle Franco.
3. OYÉWUMÍ, Oyèrónké. Matripotency: Ìyá in philosophical concepts and sociopolitical institutions. What Gender is Motherhood? Nova Iorque: Palgrave Macmillan, 2016, capítulo 3, p. 57-92
4. FRANCO, Marielle. UPP - A redução da favela a três letras: Uma análise da Política de Segurança Pública do Estado do Rio de Janeiro. Dissertação. UFF/PPGAd: Niterói-RJ, 2014. p. 11 e 69.
5. Mendonça, Jeniffer. Por que a violência policial explodiu na Bahia mesmo com 15 anos de PT no poder. Ponte. 10/03/2022. Disponível em: <<https://ponte.org/por-que-o-governo-da-bahia-nao-reduziu-a-violencia-policial-mesmo-com-15-anos-de-pt-no-poder/>> acesso em: 17/11/2023.



A CONTÍNUA PROFANAÇÃO DA VIDA

SOBRE MATAR CORPOS NEGROS E INTERDITAR SUAS MEMÓRIAS

RONILSO PACHECO

⇨ A CONTÍNUA PROFANAÇÃO DA VIDA

SOBRE MATAR CORPOS NEGROS E INTERDITAR SUAS MEMÓRIAS

RONILSO PACHECO

Como um teólogo, permitam-me começar com um versículo da Bíblia:

E os discípulos, tendo ouvido isto, foram, tomaram o corpo de João Batista, e o puseram num sepulcro. E os apóstolos ajuntaram-se a Jesus, e contaram-lhe tudo, tanto o que tinham feito como o que tinham ensinado. E ele disse-lhes: Vinde vós, aqui à parte, a um lugar deserto, e repousai um pouco. Porque havia muitos que iam e vinham, e não tinham tempo para comer. E foram sós num barco para um lugar deserto. (Marcos 6: 29-32)

A linguagem quase cinematográfica do Evangelho de Marcos nesse trecho, como um filme editado com muitos cortes, parece não nos permitir alcançar a dimensão de uma cena de profunda dor, temor e frustração. Há pelo menos três cenas, somente no primeiro versículo deste trecho, que são capazes de transportar para um drama inteiro, uma política da violência, do autoritarismo, da morte e do luto, que poderia levar horas ou dias. Em “tendo ouvido isso”, o momento em que os discípulos de João Batista, e também de Jesus, recebem, e precisam assimilar, a notícia de que o amigo, o mestre, a

inspiração, a referência, o líder, o sábio e santo foi assassinado de maneira covarde e banal. Em “tomaram o corpo de João Batista” está a dor e a frustração daqueles homens e mulheres que tiveram de ter a frieza de retirar aquele corpo, decapitado, humilhado, para dar a ele um fim digno. Por fim, quando “o puseram num sepulcro”, a liturgia da despedida, o momento de chorar e sentir a falta, fazer as preces, pedir a Deus proteção e que isto não se repita.

É preciso diminuir o ritmo desta cena para entender as profundezas, e o que ele comunica, com o que dialoga e o que denuncia. É neste sentido que nós podemos reencontrar o texto e identificar o diálogo sobre a fragilidade da vida diante do poder soberano. Richard Horsley já nos ajudou a entender que João Batista não é assassinado pura e simplesmente por um capricho de uma promessa,¹ mas, principalmente porque ele foi posto na condição de sujeito matável, ao afrontar o poder da elite sacerdotal, da monarquia e do poder militar. Ele tornou-

se uma ameaça, sendo ele periférico e profético.

Os discípulos tinham consciência desse poder e que a morte estava sempre ao alcance das mãos do imperador ou de qualquer um que integrasse o poder da corte do soberano. Por isto somos capazes de imaginar o impacto do assassinato de João Batista, nas condições em que ela acontece, e o estrago psicológico que causa em seus seguidores e discípulos. A sobrevivência, resistência e fuga são as únicas alternativas para grande maioria dos populares pobres.

Mas o estado emocional e psíquico dos discípulos pode ser melhor ilustrado com o trecho de reportagem abaixo. Aqui, é possível entrar na cena, e sentir o impacto, do que eles vislumbraram e viveram diante do assassinato de alguém que lhes era querido e importante.

“Moradores da Cidade de Deus retiraram da mata sete corpos de jovens da comunidade, na manhã deste domingo. Eles foram colocados pelos pais em uma praça próxima ao condomínio Itamar Franco, na localidade do Karatê. Familiares começaram a denunciar o sumiço das pessoas no sábado após ação da polícia militar no local.”

“Quando chegamos lá dentro, vimos quatro corpos, todos de bruços. Todos eles com tiro na nuca”, diz pastor Leonardo Martins da Silva, pai de

uma das vítimas. De acordo com Simone Carvalho, viúva de Rogério Alberto, os corpos tinham também marcas de facada e até membros arrancados. ‘Pra a gente eles foram executados. Eles estavam na rua. A gente só ouvia tiro, muito tiro. Foram 12 horas de tiros. A Cidade de Deus parou” (O Globo, 20/11/2016).

Numa manhã de domingo, familiares e amigos retiraram corpos de um matagal na Cidade de Deus, uma das mais conhecidas favelas do Rio de Janeiro, famosa internacionalmente sobretudo por causa do filme que leva seu nome. Como uma daquelas coincidências das mais macabras, a chacina aconteceu no dia 20 de Novembro, em que é comemorado no Brasil o Dia da Consciência Negra, e sendo negra a maioria, se não todos os corpos encontrados. A chacina foi o resultado de uma operação policial realizada pelo Batalhão de Operações Especiais (BOPE) da polícia do estado. Mais comum do que deveria, este tipo de operação, com este tipo de resultado é uma constante na cidade do Rio de Janeiro. Muitas outras, de mesmo perfil, vieram depois deste episódio na Cidade de Deus. A maior delas, inclusive, aconteceu em 2021, na comunidade do Jacarezinho e deixou um total de 28 mortos, após uma operação que foi “justificada” como para reprimir o uso de

crianças e adolescentes à serviço do tráfico de drogas por facções criminosas. Até hoje, a operação não apresentou qualquer resultado de um número de crianças que tenham sido identificadas e resgatadas das mãos do tráfico.

Aqui, portanto, nós podemos reproduzir o roteiro de Marcos. Imagine que estas famílias - mães, esposas, avós, tias, filhos e filhas - tiveram o momento em que "tendo ouvido isso", a notícia da morte e tortura dos seus, foram acometidos pelo desespero. Provavelmente, não "ouviram" apenas a notícia. Eles ouviram, ao longo da noite ou da madrugada, o estrondo dos tiros, e viram a claridade do estouro da pólvora nos disparos que assassinavam aqueles que seriam lidos como "vagabundos" na sociedade, mas eram filhos, netos, pais, irmãos, tios, companheiros, para cada um deles. Essas pessoas também tiveram então de "tomar o corpo". Entraram em matagais como animais farejadores, pisaram em manguezais como caranguejos ágeis e resgataram corpos que foram deixados como lixo, como não humanos. Essas pessoas, por fim, após expor os corpos em praça pública para o reconhecimento da comunidade, fizeram o funeral, enterraram, se despediram, choraram, lamentaram, viram o desprezo

por suas vidas desonradas.

Este é nosso ponto de partida. Os discípulos não vão apenas buscar o corpo de João Batista. A longa jornada, o longo caminho mental e emocional envolvida em um clima de medo, fragilidade, vulnerabilidade, violência, ameaça, precariedade, é percorrido neste trajeto. Os discípulos experimentam ali a precariedade de uma vida vulnerável que não é precária pelas adversidades da vida mas sim pela produção de opressão e violência, a gestão intimidadora e ameaçadora do poder, incluindo aí o poder do Estado.

Estas vidas na Cidade de Deus, ou no Jacarezinho, ou na comunidade do Salgueiro,² em São Gonçalo, Rio de Janeiro, tal como a vida de João Batista, entraram na esfera do tipo de viventes que o Giorgio Agamben vai identificar como dotados da vida nua. Nas palavras de André Duarte, "Agamben denomina a vida nua, a vida que somente cai na esfera da política na medida em que dela pode ser eliminada sem mais, sem que com isso se cometa um crime".³

Foi Frantz Fanon quem fez uma das mais brilhantes investigações sobre o mundo do colonizado, diante da presença

ameaçadora e violenta do colono.
Diz Fanon:

O mundo colonizado é um mundo dividido em dois. A linha divisória, a fronteira, está indicada pelos quartéis e pelos postos da polícia. Nas colônias, o interlocutor válido e institucional do colonizado, o porta-voz do colono e do regime de opressão é a polícia e o soldado. (...) A polícia e o soldado, pelas suas intervenções diretas e frequentes, mantêm o contato com o colonizado e aconselham-no, com golpes de coronha ou incendiando as suas palhotas, que não faça qualquer movimento. (...) Expõe e manifesta esses sinais com a boa consciência das forças da ordem. O intermediário leva a violência à casa e ao cérebro do colonizado.⁴

Fanon descreveu assim uma das condições dos “condenados da terra”, que também incluem “os condenados das favelas”. Quando se deparam com a notícia da morte e, posteriormente, com o corpo decaptado de João Batista, os discípulos experimentam esta condição dos colonizados. Esta mesma sensação que segue sendo a marca dos “condenados da terra” em diferentes épocas ou territórios ao redor do mundo. As forças policiais à serviço do estado e seu monopólio de violência estão muitas vezes exercendo o trabalho comunicacional de exigir silêncio, submissão e ordem de homens e mulheres pobres, trabalhadoras, trabalhadores,

favelas e periferias do Brasil, América Latina, outras partes do Sul global e de comunidades imigrantes dos países ricos.

Os corpos que temem são aqueles cujos corpos não tem valor e cuja memória são, como bem disse David Goldberg, extraídas com todas “as suas negações e recusas, as sedimentações e vestígios materiais, os seus apagamentos e evaporações na memória pública e na responsabilização estatal”.⁵ Pode parecer estranho que um versículo da Bíblia seja usado para ser o insight e o start desta reflexão, mas tudo neste pequeno trecho do Evangelho de Marcos tem a ver com isso. A Bíblia é, por excelência, um livro da memória. Os Evangelhos são frutos da memória daqueles que guardaram os fatos, presenciaram e anotaram e nos legaram as notas e a oralidade.

Na violência cotidiana nas favelas e periferias do Brasil, nas ruas e encruzilhadas ocupadas por negros e negras, a memória não é um “direito natural”, ela precisa ser concedida e aferida. Não há, à priori, direito à memória para o ser negro. O direito à memória que é uma prerrogativa de qualquer indivíduo, é interdita quando se é negro. Como bem lembrou Sueli

Carneiro, “o negro chega antes da pessoa, o negro chega antes do indivíduo”. O negro chega antes do profissional, do gênero, do título universitário, antes da riqueza, chega antes do posicionamento político, o negro chega antes da religião.⁶ O ser negro e favelado chega antes de sua memória.

Fanon disse que “o colonizado está sempre alerta, decifrando dificilmente os múltiplos signos do mundo colonial; nunca sabe se passou ou não o limite”.⁷ Este “sempre alerta” se transforma numa espécie de tensão, estresse e crise psicológica por estar em um ambiente em que você pode ser um alvo a qualquer momento. Os muitos “códigos” criados em comunidades e favelas, no sentido de moradores desenvolverem formas de se manterem seguros é uma atualização deste desgastante estado de alerta. Desde a obrigatoriedade de documentos serem levados pelos jovens negros, incluindo com suas carteiras de trabalho assinada, para estarem preparados em casos de abordagens policiais, o que é muito comum no Brasil, até os jovens negros nos Estados Unidos, aconselhados a não transitarem à noite usando o capuz de seus moletons ou as mãos nos bolsos, ao transitarem

em bairros brancos. A memória negra é estanque e imediata. Seres sem lastro, o negro é o que ele é agora e como é visto e representado pelo sentimento branco e o enquadramento jurídico estatal.

Os condenados da terra e das favelas não querem apenas viver, mas também acessar o direito à sua memória. E memória não é (apenas) sobre placas e citação. Memória é uma forma de incidir politicamente no presente e na representação da sociedade. Muitos genocidas, torturadores, colonizadores, escravocratas do passado estão permanente presentes em nossa sociedade de muitas maneiras, não apenas em estátuas e dando nomes a monumentos, ruas e instituições. Eles também moldaram o imaginário social sobre história, identidade nacional e forma política. Não é razoável que os corpos abatidos nas favelas diariamente, das crianças aos muitos jovens negros, às mulheres acometidas pela solidão e a perda de filhos e netos, não tenham o direito de se imporem na construção da memória pública nacional. Isso também é justiça racial.

Referências

1. HORSLEY, A. Richard. Jesus e o império: O reino de Deus e a nova desordem mundial. São Paulo. Paulus, 2014
2. Nesta comunidade, no dia 22 de novembro de 2021, mais uma vez moradores amanheceram o dia recolhendo corpos de parentes e amigos assassinados durante uma operação policial. Alguns com sinais de execução e sem resistência. Uma outra operação policial nesta mesma comunidade, em maio de 2020, causou a morte do estudante adolescente João Pedro, de 14 anos, que levou um tiro de fuzil enquanto brincava com primos em casa.
3. DUARTE, André. Vidas em risco: crítica do presente em Heidegger, Arendt e Foucault. Rio de Janeiro, Forense Universitária, 2010: pg 274
4. FANON, Frantz. Os condenados da terra. Juiz de Fora-RJ. UFJF, 2006: pg. 33
5. GOLDBERG, David Theo. The Threat of Race: Reflections on Racial Neoliberalism. Malden, Massachusets. 2009: pg. 30
6. CARNEIRO, Sueli. Dispositivo de racialidade: A construção do outro como não ser como fundamento do não ser. Rio de Janeiro. Zahar, 2023: pg. 130
7. Idem, 48





ELES MATAM CRIANÇAS

POR RAFAEL DAGUERRE





DOR

KAOLIN

A dor do favelado é ver corpo no chão...
É ver porco na favela e ficar com o na mão...
É parar no portão alguns segundos pra ouvir,
Se a barra tá limpa, se vai conseguir sair...
Na rua não alivia, o olhar de esguelha também pesa...
“Olha lá vai o pobre”, “Esse mora na favela”.
Desce e sobe todo dia, mas não é rebolando não,
É pra tentar trabalhar, tentar garantir o pão.
Mas todo mundo olha feio, olha torto, de escanteio..
E lá vai o favelado, ignorando o tiroteio...
Tem que sair, tem que estudar,
Tem que sair, ir trabalhar...
E lá vai o favelado, sem saber se vai voltar.
“Quem não deve, não teme”
Late a tosca burguesia.
Olha mano eu não aguento, é muita hipocrisia...
Eles entram na minha casa, eles chutam meu portão
Eles roubam minhas coisas
E ainda me chamam de ladrão...
Eu não devo, mas temo sim
Temo por mim e até por ti
Temo a falta de sensatez
Temo tanta ignorância
Porque o que encarcera a gente
É a tua arrogância

Achar que é maior, pq mora no asfalto
Achar que é melhor, pq teu IPTU é alto
Sabe quando os canas sobem?
Sabe a sensação que dá?
Que acabou, é o fim de tudo...
Não adianta rezar...
É fuzil na sua cara
Se você vai na padaria...
É risada que gela tudo
Se você tá com sua família...
Sabe quando os canas sobem?

Sabe a sensação que dá?
Medo, frio na barriga...
Dá vontade de chorar...
Não devo mas temo sim
Temo a falta de empatia
Tá rolando genocídio
E no fundo ninguém liga
É pobre,
É preto,
É favelado...
Vocês querem mais é que morram...
Mas já não aguento mais
Quero que todo mundo ouça...
Todo dia é um corpo...
Todo dia é um no valão...
Ninguém aguenta mais...
Por que isso com o povão?
Todo dia uma ocorrência
Todo dia um corpo tombado
Aqui o Estado só existe
Com seu forte braço armado.
Eu choro todo dia,
Porque não aguento mais,
Quando fica tudo bem, morre mais um
E acaba a paz...
Chega de genocídio do povo da favela.

Foi enredo no carnaval,
É enredo da nossa vida,
Todo mundo achou bonito
Quando foi pra avenida:
“Meu Deus! Meu Deus!
Se eu chorar, não leve a mal
Pela luz do candeeiro
Liberte o cativo social!”

E se tentam denunciar?
E se alguém falar alguma coisa?
O preço pela tentativa é ver teu
corpo na trouxa
Na vala, na mala, na rua
Seja lá onde for...

SE VOCÊ EXPLANA, SE DENÚNCIA,
ELES TE HUMILHAM,
TE ESPANCAM,
TE MATAM...
ELES TE CALAM.



⇨ CASA DE BRANCO, NÃO! SILÊNCIO, NUNCA MAIS!

LYZANDRA MARTINS MOURA

Memórias apagadas, gritos silenciados e um pacto de morte contra o povo preto ao longo da construção deste lugar que é, e foi a maior porta de entrada de povos africanos escravizados, em maior quantidade em todo território nacional. Território Fluminense construído por negros e negras separados por uma hierarquia social e desigual baseada na raça até os dias de hoje.

Centenas de anos, de assassinatos, exploração sexual, exploração de mão de obra e dos seus ganhos.

Favelas, periferias e territórios ancestrais uma construção de luta constante e resistência devido à omissão do Estado. Quem de nós consegue trazer em sua memória e ancestralidade em registros e fotografias... Poucos, quase nenhum de nós, somos apedrejados, despejados e indesejados.

Tudo que conquistamos nos é tirado a cada dia ao longo de anos, omissão do Estado, insegurança até mesmo dentro de nossos lares, nossa saúde por

um fio e nossa sanidade colocada a prova, o medo nos vigia e uma solidão que nos assola.

TENHO NA MINHA MEMÓRIA GRANDES MULHERES. DESSAS EU ME LEMBRO, MULHERES DA MINHA FAMÍLIA DA MINHA FAVELA, MINHAS IYAS, MINHAS MÃES CONSTRUIRAM EM SEUS TERRITÓRIOS UM PACTO EM SILÊNCIO: QUE NÃO RECONHECERIAM A MORTE.

Fizemos de nossas memórias e oralidade uma perpetuação de poder e conhecimento que passaríamos a diante, nos gestos e movimentos do corpo, nas cores, nos ritmos que pulsam forte dentro de nós.

Para os meus, para minha geração, para uma futura geração, o pacto de vida será mantido e a resistência continuará.

Sempre que puder olhe para a frente por um instante, depois pro lado veja se está lá perto e sempre que puder olhe pra trás, se recorde de algo, alguém ou algum sonho.

Se reconheça, se ame e pegue na mão, traga e ensine sempre

seguindo em frente ,sempre em movimento ,e conquiste, não se distraia, se reconheça no próximo.

Recuse-se a calar, para construir e vencer.

A CONQUISTA CHEGARÁ
UMA CONSTRUÇÃO COLETIVA
FEITA POR NÓS E PARA NÓS.





A EMPATIA SELETIVA NO TEATRO DA RAZÃO

CARLOS CYPRIANO

⇨ A EMPATIA SELETIVA NO TEATRO DA RAZÃO

CARLOS CYPRIANO

O ano é 2023, mês de outubro. Em um agradável sábado ensolarado, entre poses para selfies, sorrisos e risadas; casais, crianças, grupos de amigos e famílias apreciam a bela vista do Parque Yitzhak Rabin situado no Mirante do Pasmado: o Pão de Açúcar, o Redentor, praias e montanhas. No centro, simbolizando os 10 mandamentos, um enorme monumento foi construído em memória das vítimas do Holocausto, ostentando o imperativo “não matarás” na base do imponente totem de 20 metros de altura.

Agora o ano é 1964, é janeiro. O então governador do Estado da Guanabara, Carlos Lacerda, ordena que o Corpo de Bombeiros incendeie os cerca de 500 domicílios que abrigavam 2 mil moradores no então Morro do Pasmado (ou Favela do Pasmado) localizado no bairro de Botafogo. Lacerda atendia aos anseios higienistas dos habitantes do bairro e, também, à ambição dos interessados na especulação imobiliária. A favela, então, é percebida como uma ameaça moral, estética, econômica e

sanitária. Dias antes, os moradores do Pasmado haviam sido removidos para um conjunto habitacional na Zona Oeste da cidade, batizado de Vila Kennedy por ter sido financiado com verbas do governo Norte-americano.

O jornal Correio da Manhã, à época, em redação ambígua, celebrava lamentando (ou lamentava celebrando) a remoção das “aglomerações”:

“Que em Bangu e redondezas surjam aglomerações decentes. Que venham abaixo, em cinzas, todas as favelas. Nem por isso a saudade é menor. Nem por isso as lágrimas deixarão de correr, numa tentativa infrutífera de apagar a fogueira. Uma fogueira que iluminou a noite de Botafogo no Morro do Pasmado.” (Correio da Manhã, 29/01/1964)

E foi nessa favela extinta a fogo que nasceu Denise Ferreira da Silva, filósofa, artista visual brasileira, professora da Universidade da Colúmbia Britânica e coordenadora do Social Justice Institute. Denise passou sua infância na Vila Aliança, também na Zona Oeste do Rio de Janeiro, próxima à Vila Kennedy, e teve acesso a textos

de Paulo Freire e aos ensinamentos da Teologia da Libertação.

Esse acúmulo de conhecimentos adquiridos pela vivência em territórios de pobreza e também por décadas de estudos e pesquisas formou uma intelectual arguta e crítica, que produz obras desafiadoras que propõem uma leitura a contrapelo da razão universal construída no arcabouço teórico pós-iluminista, que categorizou corpos não-europeus, pelo arbítrio das diferenças observáveis, como ontologicamente deficientes, desabilitados a frequentar o estatuto da universalidade e que estão fadados a sofrerem ações repressivas do Estado e a serem subjugados por investidas predatórias do mercado.

Ferreira da Silva nos alerta para a perpetuação da lógica colonial que faz com que, nos territórios ocupados por corpos sujeitados, o Estado comande a subjugação racial por meio de verdadeiros extermínios que “não desencadeiam uma crise ética porque os corpos dessas pessoas e os territórios que elas habitam quase sempre já significam violência.” (FERREIRA DA SILVA, 2014, p. 69).

A exemplo do que ocorria nas antigas colônias, como denuncia Fanon, há uma clara cisão entre a cidade dos colonizadores e a cidade dos colonizados (mimetizada nos atuais subúrbios, favelas e periferias), onde esta última se apresenta “faminta de pão, de carne, de sapatos, de carvão e de luz” (FANON, p. 43). O mundo colonial é um mundo maniqueísta em que não basta delimitar fisicamente os espaços, mas, antes, elaborar racionalmente a ficção do “outro” (colonizado, indígena, favelado) como uma espécie de quintessência do mal, como “um elemento corrosivo que destrói tudo o que dele se aproxima, elemento deformador, que desfigura tudo o que se refere à estética ou à moral, depositário de forças maléficas, instrumento inconsciente e irrecuperável de forças cegas.” (FANON, p. 45).

Após mapear os canônicos textos de Descartes, Hobbes, Locke, Montesquieu, Kant, Hegel, Weber, entre outros; Ferreira da Silva detectou uma característica em comum: a onipresente alegoria da violência nas “montagens do teatro da razão” (FERREIRA DA SILVA, 2014, p. 71). No pensamento moderno europeu, então, o ser humano atua

racionalmente quando se autodetermina de acordo com regras e motivações externas que são governadas por uma razão universal, que acaba por inscrever a violência no cerne do Direito e do Estado ao se estabelecer diferenças valorativas entre seres humanos. Essas diferenças, segundo a autora, ordenadas pela noção de universalidade de acordo com o domínio do observável, transformam “a abundância infinita de coisas em um número finito de categorias” (FERREIRA DA SILVA, 2014, p. 77).

As operações policiais nas favelas cariocas, fundamentadas no discurso de “guerra às drogas”, se justificariam por serem territórios sujeitados, onde o Estado atua quase que exclusivamente em nome de sua autopreservação, e onde o direito de matar está legitimado em razão de seus habitantes (majoritariamente pretos e pardos economicamente despossuídos) serem lidos como “ninguém”, isto é, excluídos da noção de universalidade humana. Essa lógica da exclusão é amplamente adotada pelos programas neoliberais que reduzem o Estado a gestor da ordem e a segurador integral do sistema financeiro e que, ao estabelecerem políticas

sanitária. Dias antes, os moradores do Pasmado haviam sido removidos para um conjunto habitacional na Zona Oeste da cidade, batizado de Vila Kennedy por ter sido financiado com verbas do governo Norte-americano.

O jornal Correio da Manhã, à época, em redação ambígua, celebrava lamentando (ou lamentava celebrando) a remoção das “aglomerações”:

“Que em Bangu e redondezas surjam aglomerações decentes. Que venham abaixo, em cinzas, todas as favelas. Nem por isso a saudade é menor. Nem por isso as lágrimas deixarão de correr, numa tentativa infrutífera de apagar a fogueira. Uma fogueira que iluminou a noite de Botafogo no Morro do Pasmado.” (Correio da Manhã, 29/01/1964)

De forma ousada e provocadora, Ferreira da Silva desloca uma considerável parte da arquitetura ético-jurídica e ontoepistemológica do pensamento pós-iluminista de forma tridimensional, ou seja, ruindo constructos mentais sedimentados com os quais nos acostumamos a (1) ditar a identificação das coisas do mundo; a (2) classificar e diferenciar uma coisa da outra e, ainda; a (3) interpretar como essas diferentes coisas se interrelacionam na progressão do tempo. E, valendo-se das ferramentas analíticas de

Michel Foucault, ela conclui que são essas as três estratégias que compõem o quadro representativo do centro europeu do saber nos séculos XVII e XVIII.

No ordenamento jurídico brasileiro, sob a chancela do discurso constitucional legalista, herdeiro da tradição romano-germânica, o Estado de Direito se autodetermina como um garantidor de sua autopreservação por meio do uso do monopólio juridicamente legítimo da violência ou da suspensão casuística das normas garantidoras de direitos humanos fundamentais em territórios habitados por corpos excluídos da participação no "teatro da razão", que foi forjado sob a égide do medo dos "outros" e que roteirizou a ficção da universalidade e selecionou quem poderia fazer parte dela. O "outro" se apresenta, portanto, como um reflexo incômodo e invertido do "eu" racional, transparente, legível e dotado da capacidade de exercer juízos éticos e, portanto, autorizado a categorizar aqueles que seriam moral, intelectual e racialmente deficientes em sua essência.

Em favelas, morros, "complexos",

subúrbios e periferias, não apenas não causa indignação a ausência do aparato biopolítico do Estado (que, com todas as suas possíveis problematizações, se destina a concretizar o poder estatal sobre a vida, isto é, o poder de "fazer viver e deixar morrer"), como igualmente não provoca nenhum relevante abalo social o exercício declarado e mediatizado do necropoder (o poder de "fazer morrer e deixar morrer"). Territórios onde a vida social, profissional e a grade escolar são diariamente comprometidas pelos constantes conflitos entre traficantes, milicianos e policiais; conflitos estes que nos últimos anos ganharam um incremento simbólico potente com a associação de novas modalidades extremistas de expressão da cristandade. Locais onde clínicas e hospitais se encontram precarizados; onde o sistema de transporte público é caro e ineficiente; onde o acesso a bens culturais supralocais é limitado ao mesmo tempo em que se criminaliza a produção artística local por mero esnobismo cultural (do samba ao funk); onde o lazer, a socialização, as redes de suporte e de afeto que conferem sentido a uma vida sofrida se concentram basicamente em igrejas e demais templos

religiosos. Enfim, territórios onde a polícia entra para matar e para morrer e para onde o Corpo de Bombeiros, de quem se espera o combate a incêndios, pode ser enviado para supervisionar as chamas, como um esteticista cauterizando uma incômoda cicatriz no tecido topográfico visível da bela "Paris dos Trópicos", sobre o qual futuramente se tatuarão obeliscos, monumentos e mandamentos divinos tais como "não matarás".

Ciente de que a honestidade intelectual e o bom senso nos ensinam que não se deve comparar tragédias, considero, porém, que é possível (e até necessário) refletirmos sobre a origem de nosso anestesiamiento diante das constantes notícias de extermínios da população pobre e suburbana (ou periférica), composta por pessoas destituídas do estatuto de cidadãs; e também de nossa sincera e compreensível consternação com relação às vítimas de tragédias ocorridas em conflitos na Europa, ou em territórios citadinos ocupados por sujeitos incluídos no exclusivo rol da universalidade, cujos corpos não ostentam o significante da violência. Cidadãos que habitam os locais onde se constroem totens em memória das vítimas de holocaustos,

após alijarmos para longe pessoas que sofrerão outros holocaustos que não desejamos testemunhar, mas que também não nos dedicamos a evitar. Cidadãos cosmopolitas que tiveram a oportunidade de viajar o mundo, que já visitaram as ruínas de Auschwitz com semblante respeitoso e compungido, mas que, por outro lado, participam alegre e irrefletidamente dos blocos de carnaval nos entornos do Cais do Valongo. Na metrópole-balneário que renova freneticamente seu nefasto acervo de chacinas, a fronteira entre o Estado de Direito e o de exceção, em determinados territórios, se torna cada vez mais indistinta e, muito embora não haja uma solução fácil, a espetacularização do horror sinaliza uma tentativa de "solução final". Nesse cenário, a leitura (des)estruturante da história (re)construída por Denise Ferreira da Silva nos fornece preciosas chaves para expandirmos nossa capacidade de elaborar novos conceitos de humanidade, sem as velhas e rígidas categorias, sem as surradas alegorias do medo, sem pães de açúcar e sem redentores e, principalmente, nos permite compreender porque há monumentos contra a barbárie que expressamente concordamos que devemos lembrar que são

construídos sobre os escombros de outras barbáries que tacitamente concordamos que devemos esquecer.

Referências

CHAKRAVARTY, Paula & FERREIRA DA SILVA, Denise. "Accumulation, dispossession, and debt: The racial logic of global capitalism —an introduction". *American Quarterly*, 64, no 3, 2012: 361-385.

CUNHA, Cristina Vital. *Oração de Traficante*. 1ª ed. Rio de Janeiro: Garamond, 2015

FANON, Frantz. "Os condenados da terra". Companhia das Letras, 2022.

FERREIRA DA SILVA, Denise. "Ninguém: direito, racialidade e violência" - Meritum, Revista de Direito da Universidade FUMEC, 2014, pp. 67-119.

FOUCAULT, Michel. "Aula de 17 de março de 1976" do curso no Collège de France - Martins Fontes, São Paulo, 2008.

FOUCAULT, Michel. "Aula de 21 de março de 1979" do curso no Collège de France - Edições 70, Lisboa, 2021.

MBEMBE, Achile. "Necropolítica. Biopoder, soberania, estado de exceção e política da morte". n-1 edições, 2018.

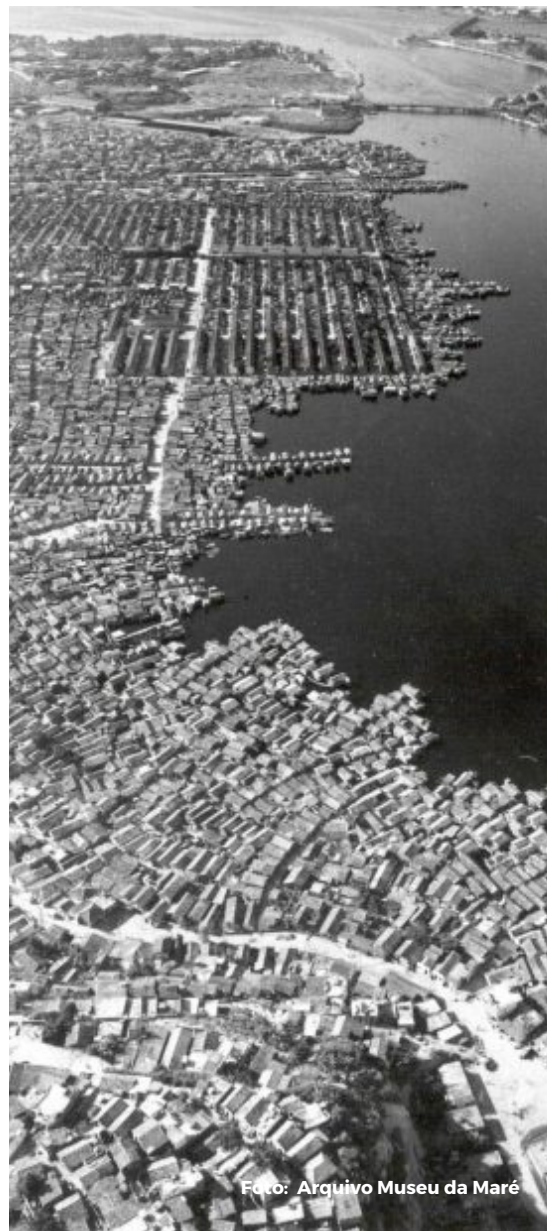


Foto: Arquivo Museu da Maré



**EU E MINHAS
COMPANHIAS**
(UMA EXPERIENCIA DE MEDO)

SUEKA

EU E MINHAS COMPANHIAS

(UMA EXPERIÊNCIA DE MEDO)

SUEKA

Que a maioria da população negra, e pobre, sobrevive em ambientes hostis não é novidade, os tipos de violência submetida a corpos não-brancos interagem e se estruturam de forma intrínseca na sociedade brasileira. Ressaltar essa sobrevivência em um Estado de constante violência jurídica, econômica, social e de gênero, nos auxilia na análise da naturalização e normalização das desigualdades, da necropolítica, do racismo, sexismo, homofobia, transfobia e feminicídio, presentes em nossos dias.

Este escrito pretende abarcar as nuances do medo individual/coletivo e trazer problemáticas acerca da naturalização/normatização com o contínuo estado de violência. Parto do coletivo para o indivíduo.

Era um dia comum no morro do Fallet/Fogueteiro, no Rio Comprido, Zona Norte do Rio de Janeiro. Fazia sol e aos poucos os moradores começaram a escutar tiros, mais uma vez era a Polícia militar subindo. Como rotineiro estava sozinho

em casa e minha mãe ligou pedindo para eu ir à casa da minha tia Márcia, pois quando a polícia sobe qualquer um é suspeito e é sempre um risco estar sozinho, pelo menos na vila 66 teria os mais velhos comigo.

Ao descer as escadas no final da vila que levava ao quintal da minha família, na laje vi Renata, conhecida como Tica, mãe de Isabella, Lucas, Letícia e Milena. A cumprimentei e numa breve troca de palavras ela me mostrou as mãos trêmulas e disse: “toda vez que a polícia sobe fico assim” e olhou para as mãos tremidas aos tiros, fomos para dentro de nossas casas e ficamos recolhidos.

O medo da minha mãe.

O medo de Tica.

Eu e minhas companhias.

Já com tia Márcia a retórica é diferente, “tranquilamente” ela emenda um cigarro, derby vermelho, atrás do outro enquanto aos poucos vai abrindo a casa argumentando: “é melhor deixar tudo aberto para eles olharem logo, do que chegarem esculachando. Eu não

devo, nem escondo nada mesmo." Ainda assim, isso não impede os policiais entrarem, sem mandado, tirarem eu e meu irmão de dentro de casa, colocar arriados no Sol, com arma apontada na nossa cara para mais um interrogatório.

Na parte mais baixa do morro, a velha Cecília se precipita com as pernas bambas, no quarto pega seu telefone para ligar para netos, bisnetos e sobrinhos, a fim de certificar de que estão vivos. Chega à cozinha onde para em frente a imagem de Cosme e Damião, pede proteção pela vida de sua família. Neste dia completavam 30 dias que o remédio de ansiedade tinha acabado.

O receio de Márcia.

A ansiedade de Cecília.

Eu e minhas companhias.

Em outra operação policial, cotidiana, os agentes do Estado entraram na casa do meu primo Felipe, neto de Cecília, filho da minha madrinha, Cristina. Adentraram buscando nada, reviraram tudo e levaram uma reserva de dinheiro.

Já na casa da tia Branca, os policiais entraram e iniciaram a revista, meu primo, Vinícius, na época com seus 8 anos tentou balbuciar: "tão bagunç..." e logo foi interrompido por tia

Branca que disse "Deixa. Deixa. Deixa eles olhar" e calou o neto.

O estado naturalizado.

O dinheiro roubado.

O abuso de autoridade das ações.

Eu e minhas companhias.

Apesar de tudo, não tinha medo. Mulheres negras me criaram dentro de uma fortaleza. Havia raiva, revolta, acusações e denúncia, mas medo, não.

Até o momento, mesmo morando um longo período em Seropédica, sempre que retornava a casa, a família era no morro e suas companhias. Então fui morar na Penha Circular e estava tudo "tranquilo" até que um dia acordei com um barulho de um helicóptero da polícia de rasante na rua. O som do helicóptero voando baixo na janela me levou a lembranças de experiências no Rio Comprido, só que na companhia da minha família. Dentre as milhares de possibilidades de tragédia que poderiam acontecer, eu sabia que teriam pessoas para me proteger, me socorrer, estar comigo. Agora na Penha Circular, morando sozinha, a primeira reação que meu corpo teve foi ficar travado, dois dias parado na cama, sem comer, nem trabalhar, casa a limpar,

sem falar, só levantando para mijar.

Ao observar a reação estimei minha mente e meu corpo para encontrar mecanismos de saída que não desse vazão ao medo.

Eu, em minhas companhias.

As operações policiais se intensificaram dentro de dois meses e meu corpo não ficou mais travado, ao contrário, o músculo do coração começou a pulsar tão forte, como se quisesse escapar do corpo e pequenas manchas vermelhas foram surgindo ao longo de toda pele. A urticária vinha quanto mais a mente e o coração ficavam agitados, aflitos, tensos e as manchas desapareciam, mais ou menos, na mesma frequência que surgiam. Diante dessa situação fui procurar médicos dermatologistas e alergistas na Santa Casa de Misericórdia. E também decidi mudar de bairro, aproveitei que Desirée estava voltando a morar no Rio e juntos alugamos uma casa em Piedade.

Eu e minhas buscas

Estou fugindo? Assumo que ter me mudado, não significa em nada que as violências citadas tenham deixado de existir, muito menos que não serei

atravessado por essas violações a cada momento que um dos meus estão em perigo. Mas, também preciso admitir que ter a chance de preservar e cuidar da integridade física e mental pode ser um bom ponto de partida para lidar com tudo isso. Muito melhor do que sobreviver na urgência de viver.

Não exemplifiquei todas essas situações para defender o fim das polícias, muito menos sua desmilitarização, já vimos como a polícia civil pode ser tão agressiva quanto a militar, aliás estas medidas seriam inviáveis numa sociedade capitalista que produz o crime, os criminosos, a fome, a prisão e a repressão, tal como vivenciamos. A solução, talvez, seria uma reformulação interna das polícias, para que seus agentes possam responder por seus serviços como os demais cidadãos e não tendo mecanismos jurídicos-penais distintos. Esta reformulação passaria por questões de direitos trabalhistas, pois os mesmos até os dias recentes não possuem direito a greve reivindicatória. Outra demanda que é urgente está na questão do treinamento humanitário, na formação continuada em direitos constitucionais, concepções críticas da história e

geografia, antropologia, nutrição, psicologia, dentre outras. Para que assim toda sociedade brasileira saia do estigma da polícia que mais mata e também mais morre.

Ainda preciso dizer a cor da maioria dos corpos?



Foto: Autor Desconhecido



 **MÃE**
POR RAFAEL DAGUERRE

DO LUTO À LUTA

COMO O ESTADO VIOLENTA MULHERES PRETAS E PERIFÉRICAS APÓS VITIMAR SEUS FILHOS?

VICTÓRIA LIDIANA

VERA LÚCIA LEITE E MARILENE LIMA DE SOUZA, "MÃES DE ACARI", MORRERAM SEM VER O DESECHO DO CASO DA MORTE DAS FILHAS



Foto: Luciana Whitaker



⇨ DO LUTO À LUTA

COMO O ESTADO VIOLENTA MULHERES PRETAS E PERIFÉRICAS APÓS VITIMAR SEUS FILHOS?

VICTÓRIA LIDIANA

Esse texto terá uma abordagem cuidadosamente voltada para a forma como as mulheres também são vitimadas e violentadas no momento em que seus familiares são brutalmente assassinados em nome da segurança pública e sacrificados em prol da perpetuação de um projeto hegemônico de Estado que promove o extermínio de populações periféricas. A partir do momento que seus filhos, maridos, sobrinhos são arrancados de sua proteção, essas mulheres sentem o peso do seu único direito que ainda não fora negado: o de permanecerem caladas. Os que biologicamente se vão, nasceram como inocentes e morreram como bandidos. As que fisicamente ficam, sofrem uma morte não biológica ao viverem em constante luta coletiva na defesa da memória dos seus, buscando justiça e esperando quase que utopicamente a reparação. Afinal, quais são os corpos passíveis de luto?

“NOSSOS MORTOS TÊM VOZI!”

“NOSSOS FILHOS TÊM VOZI!”

ELAS GRITAM

Em tentativas incansáveis de romper com o cale-se. Juntas, entendem que o processo de transgressão e de retirada do poder da narrativa sobre suas vidas da mão do opressor só seria possível de concretizar unicamente por meio da solidariedade e da coletividade. Se a ordem natural é que o filho enterre seus pais, quem paga o preço pela desobediência desse princípio? Em um Estado que legitima a violência desenfreada, quem pega uma condenação perpétua é a vítima viva. Não foram elas que morreram, mas são as testemunhas mais próximas dessa barbárie e, ainda assim, se propõem a resistir. Quando os familiares - cobertos de símbolos e significados que foram desenvolvidos no seio fraterno do coletivo, unido por tragédias distintas mas carregadas como uma dor inestimável - vão às ruas caracterizados com faixas, cartazes e camisas em protesto, muitas vezes com o rosto das vítimas, e levantam seus gritos de ordem, utilizam de um espaço público e político para

produzir memória.

Elas perdem seus filhos, perdem suas vidas, perdem sua paz, perdem sua saúde e perdem seu direito ao luto. É nesse aspecto que a presença oculta do Estado violenta essas mulheres mesmo após causar a destruição de suas vidas e, assim, constrói-se toda uma narrativa no senso comum em que é atribuída à figura dessas mães o reconhecimento enquanto potentes guerreiras. Apesar de dedicarem suas vidas à defesa da memória e verdade dos seus, a morte não biológica sofrida dentro de si não compensa o título de “honra”. Não é uma opção. Elas precisam falar por seus filhos, elas precisam falar pelas mães que não aguentaram e adoeceram, elas precisam falar pelos que estão vivos e não querem ser os próximos. Como Nivia Raposo, mãe de Rodrigo Tavares, que hoje se intitula “mãe e voz” do filho; como Ana Paula Oliveira, mãe de Johnatha de Oliveira Lima, que encontrou na luta uma forma de continuar exercendo sua maternidade (Oliveira, 2023); como Adriana Santana, mãe de Marlon Santana, que continua parindo seu filho todos os dias, mas não vivo. Morto. (Santana, 2023).



Foto: Rafael Daguerre



O DIA APÓS A CHACINA

EDSON SANTANA

⇨ O DIA APÓS A CHACINA

EDSON SANTANA

O dia depois da carnificina começa no momento seguinte ao último estampido. Antes até do cheiro de pólvora dissipar. Muito anterior ao fim do último trauma, do último palpitar de peito acelerado quando se está de barriga cheia, sentado a descansar.

Uma vida antes e uma peregrinação disfuncional depois.

O primeiro dia após uma chacina é um buraco que liga o desejo da criação ao pânico que imobiliza um corpo mutilado tal qual o banzo. Um purgatório a fim de eliminar qualquer fabulação. Depois que se adentra nele, não há mais volta.

Em questão de minutos o silêncio é interrompido pela sequência de perguntas direcionadas aos que ainda tem vida e são obrigados a permanecer no perímetro contrariando os avanços civilizacionais aprendidos com os massacres milenares. Os que sofreram ferimentos físicos, são os primeiros a serem interrogados e retirados do local. Já os outros contribuem exaustivamente em detrimento das sequelas mentais.

Não há memória que resista aos gritos de socorro em meio a estampidos cadenciados com precisão. Não é possível identificar os algozes.

A fetidez do salitre, do enxofre e do carvão embebidos em sangue, foi preparada para ser capaz de, nas duas horas após a chacina, ser a única memória sensorial capaz de intimidar a visão e a audição.

Na décima hora após a chacina, já é possível recordar os grunhidos da tirania covarde que anunciava palavras de ordem, desdém e ódio.

É preciso muito ódio para provocar uma hecatombe.

Respostas de perguntas que não foram feitas por parentes ou policiais se apresentam por volta da décima quinta hora após a chacina. Entre a solução do "por qual motivo eu estava ali?" e do "por qual motivo fizeram aquilo"? A bomba sobre como eles realizaram a empreitada, é a certeza de que o sentimento de vingança é capaz de tudo. Até de um presente Grego, Tróia.

Os facínoras são mobilizados pela represália e pela

possibilidade de ganhos. Além de sanguinários eles têm uma predileção pela pilhagem.

Quando estes dois sinais de caráter se unem à possibilidade de sair impune do morticínio, alterando provas com aval do estado, nenhum cidadão na linha de tiro tem direito à vida. Nem as marcas de tatuagem nas costas, confeccionadas pela pólvora que sai do cano de aço forjado, são suficientes para denunciar a crueldade da violação.

Diante da vigésima hora após a chacina, entende-se que um corpo pobre e preto na periferia pode ser vitimizado mais de uma vez. Os que morreram viraram traficantes, os que tiveram sorte foram tornados vítimas mais de uma vez nas capas de jornais.

É possível padecer pelo ato covarde do tiro e pelo cinismo embalado pelo desprezo com o qual a mídia e o estado lidam com os que resistiram.

É entre a vigésima e a vigésima segunda hora após a chacina, que os jornais começam a noticiar o ocorrido. Tempo suficiente para os jornalistas consultarem os especialistas em extermínio que estudaram nas universidades mais conceituadas do Brasil, e por isso mesmo podem garantir a

mesma narrativa desde 1500.

É por volta da vigésima quarta hora após a chacina, que o odor abandona o corpo das vítimas e os grunhidos dos policiais, memória auditiva da hecatombe, se aproximam do som feito pelos porcos quando gozam em meio aos excrementos.

Após essa hora posterior à chacina, os roncos e grunhidos estarão sempre associados a esses funcionários públicos que deveriam garantir a segurança de todos.

É também nessa hora após a chacina, que o outro lado do buraco se apresenta com melhor nitidez, bem como o primeiro cansaço após as 24 horas de terror. É neste momento que se torna possível entender a nova identidade construída após a chacina.

Quando termina o primeiro dia após o extermínio, uma nova característica de personalidade surge: a de sobrevivente.

No início de uma nova vida neste contexto, somente a disposição pela justiça pode tornar um corpo mutilado em um corpo militante. única possibilidade de seguir sobrevivendo: vingando os mortos.



A MILÍCIA É O ESTADO

RAFAEL DAGUERRE

⇨ A MILÍCIA É O ESTADO

RAFAEL DAGUERRE

Nesta segunda-feira (23), a principal milícia do Rio de Janeiro levou terror à zona oeste da capital fluminense, incendiando pelo menos 35 ônibus e um trem. A ação dos paramilitares foi uma retaliação à morte pela Polícia Civil do miliciano Matheus da Silva Rezende, o Faustão, sobrinho de Luiz Antônio da Silva Braga, o Zinho, líder do grupo.

Enquanto a cidade era mergulhada no caos, o governador Cláudio Castro mais uma vez causou revolta com seu infame perfil do X, antigo Twitter, onde costuma comemorar cada matança produzida por sua polícia, autora das maiores chacinas da história do Estado.

“Nossas ações para asfixiar o crime organizado têm trazido resultados diários”, celebrou. Os resultados são mesmo bastante conhecidos. Sobretudo, pela população mais pobre - volta e meia, impedida de circular livremente por onde mora. Quando não são os trabalhadores da zona oeste sem saber se voltarão vivos ou mortos para casa, são as crianças da Maré sem aula por

sem aula por conta dos tiroteios provocados pela PM, como na semana passada.

Aliás, quem acompanhou com um pouco mais de atenção o noticiário sobre as últimas “operações” no conjunto de favelas na zona norte recebe sem surpresa as cenas de anteontem. Deflagrada após uma reunião do bolsonarista Castro com o Ministro da Justiça de Lula, Flávio Dino, a repressão infernizou a vida de 14 comunidades mareenses. Somente duas não estiveram no escopo da ação: a de Roquete Pinto e a da Praia de Ramos. Justamente as duas dominadas por uma milícia.

A exemplo dos seus colegas da zona oeste, os milicianos da Maré também exploram moradores e comerciantes por meio das mais variadas extorsões e agiotagens. Estão ainda envolvidos em homicídios - como o do estudante Hugo Miguel da Silva, brutalmente espancado e jogado no meio da Avenida Brasil por ter urinado perto de uma praça.

Fazem isso já há mais de quinze anos, ao longo dos quais quase

nunca foram incomodados pela polícia. Fato ainda mais notável quando se observa que apenas uma rua separa a Roquete Pinto do Comando de Operações Especiais da PM.

Situações assim estão longe de serem casos isolados. Uma pesquisa do Grupo de Estudos de Novos Ilegalismos da UFF mostra que na década de 2010, período em que esse tipo de grupo armado já controlava mais de metade do território carioca, nem mesmo 10% das incursões policiais foram realizadas nos bairros dos milicianos.

Serviu como sustentáculo dessa política a construção ideológica segundo a qual as milícias enfrentariam o tráfico para levar segurança a favelas e subúrbios - e não para para lucrar exigindo taxas do comércio local e monopolizando a venda de gás, água e TV por assinatura. Quando prefeito, em 2006, Cesar Maia se referia a elas como “autodefesas comunitárias” e “mal menor do que o tráfico”. Então candidato à Prefeitura, Eduardo Paes, era um defensor ainda mais ardoroso. Perguntado a respeito pela Rede Globo, chegou a afirmar que as “polícias mineiras” teriam trazido “tranquilidade” à população e ajudado o Estado

a “recuperar a sua soberania”.

Em um ponto, a declaração de Paes, por mais estapafúrdia que soe hoje, não deixa de apontar para uma verdade fundamental, que muitos tentam recalcar. No Rio de Janeiro, a milícia não é um “poder paralelo”, mas sim a faceta mais concreta do poderio estatal. Em uma entrevista concedida à agência Pública em 2019, o sociólogo José Cláudio Souza Alves soube exprimir essa máxima de maneira lapidar “A milícia é o Estado”.

Ele desenvolve: “não me venha falar que existe uma ausência de Estado. É o Estado que determina quem vai operar o controle militarizado e a segurança daquela área.”

É isso que torna a milícia muito mais poderosa (e perigosa) do que qualquer facção de narcotraficantes. Quase diariamente, varejistas de entorpecentes são mortos em confrontos com a polícia. Os milicianos são a polícia (ou sócios diretos dela). Suas mortes são raras e geralmente acontecem em confrontos entre eles mesmos.

Por serem, em grande parte, treinados pelo Estado, atiram bem e não deixam rastro, sendo os assassinatos por encomenda mais um filão de negócios que

exploram. Alguns, como o ex-capitão do BOPE Adriano da Nóbrega (morto pouco tempo de vir à tona a sua ligação com o clã Bolsonaro) e Ronnie Lessa (preso sob a acusação de ter executado a vereadora Marielle Franco e o motorista Anderson Gomes) fizeram o seu nome como matadores atuando a mando de bicheiros. É da máfia do bicho, por sinal, que a milícia herda muito do seu modus operandi, como a execução bem planejada de seus inimigos, sem que estes possam reagir, e a corrupção de policiais e membros do sistema de justiça.

Outra característica comum entre bicheiros e milicianos é a busca por fazer representantes na política. Mas quanto a esse quesito, os aprendizes superaram largamente os mestres. Ao lado da bancada evangélica, a milícia está hoje entres as principais forças conservadoras existentes nos legislativos municipais e estadual do Rio.

É virtualmente impossível para um governador ou prefeito da capital ou Baixada se manter no poder sem o apoio desses segmentos. Ilustre desconhecido até 2018, Wilson Witzel não ascendeu ao Palácio Guanabara apenas graças ao seu discurso populista penal. Foi

essencial para a sua vitória o apoio de neopentecostais e milicianos - crucial também para garantir a maioria obtida no Rio por Jair Bolsonaro nos dois últimos pleitos presidenciais.

Tributário dessa mesma estrutura, agora é Cláudio Castro quem se vê na saia justa de ter de administrar a crise que ela própria gerou. Sua resposta, como não poderia deixar de ser, é risível. O jornalista Octávio Guedes a descreveu bem, a propósito da primeira coletiva do governador após os distúrbios: "Sem qualquer plano, visão estratégica ou política estruturante, o governador apelou para bravatas. E citou, inacreditavelmente, os nomes de três bandidos como se fosse um técnico de futebol anunciando a escalação do meio-campo. 'Zinho, Tanderá e Abelha. Não descansaremos até prendermos'".

É a reedição da falida narrativa do inimigo público número 1, como se tirar de circulação este ou aquele "mau elemento" fosse fazer a milícia magicamente desaparecer. Seria, no entanto, ingênuo esperar algum posicionamento mais consequente sobre essa questão vindo de um governo como o de Castro, mergulhado

até o pescoço em escândalos na segurança pública, com direito a prisão de dois ex-Secretários por envolvimento com o crime organizado e entrega do cargo de chefe da Polícia Civil a deputados da sua base eleitoral.

Acreditar que o Estado - este Estado - vai efetivamente combater as milícias é acreditar que ele vai combater a si mesmo. Não vai acontecer. Não se pode saltar a própria sombra.



Foto: Reprodução Jornal A Verdade



Defund the
POLICE

JUSTIÇA PARA OS NOSSOS

COMBATER O RACISMO E ENCARCERAMENTO SEM AS
ARMAS DO OPRESSOR

PATRÍCIA HERMAN

➤ JUSTIÇA PARA OS NOSSOS

COMBATER O RACISMO E ENCARCERAMENTO SEM AS
ARMAS DO OPRESSOR

PATRÍCIA HERMAN

Os mais diversos casos de racismo e violência policial que vemos diariamente, tanto nos lugares onde vivemos, quanto nos noticiários, levantam importantes reflexões sobre as estratégias que utilizamos para conseguir justiça dentro dessa sociedade, marcada por um Estado que promove o terror, especialmente nos territórios periféricos, e que sustenta de diversas formas o sistema que explora e oprime trabalhadores.

Nós acreditamos que não é possível nutrir esperanças em estruturas como as polícias e as prisões, nem noções como o crime, para a construção de justiça e para a superação da barbárie que vivemos cotidianamente.

A polícia, instituição que podemos considerar recente em termos históricos, é formada no Brasil com o propósito de perseguição e extermínio do povo negro. Responsáveis por incontáveis chacinas, massacres, humilhações, trata-se de uma instituição assassina que é impossível de ser

reformada ou melhorada, pois traz na sua essência o propósito de servir as classes dominantes, seja militar ou civil, não sendo de modo algum aliada a causa antirracista. As prisões, por sua vez, são um mecanismo de exclusão e tortura do povo pobre e negro, cuja única função é ser mais uma ferramenta do genocídio em curso há séculos em nosso país.

Para movimentar essa máquina penal, da qual polícias e prisões fazem parte, é usada politicamente a ideia de crime. As ações que são proibidas pela lei são criminalizadas, perseguidas e punidas muito mais severamente se forem cometidas por pessoas negras, pobres e periféricas - pra elite branca, a aplicação da legislação é sempre mais branda.

Aliás, as próprias leis têm um fundamento extremamente classista e racista, são criadas e reformadas para proteger quem as faz e aplica.

Quando pedimos mais prisões e mais polícia, mesmo que não de

forma consciente, estamos dando mais munição para aqueles que historicamente são nossos inimigos, além de não enfrentarmos concretamente os problemas que estão colocados.

Quando insistimos na criminalização dos comportamentos, por mais abomináveis e inaceitáveis que sejam, fortalecemos a máquina penal na captura e genocídio da juventude negra e pobre, ao invés de combater na raiz os males da nossa sociedade.

Percebemos que em alguns casos, quando há forte comoção pública, a Justiça acaba punindo alguém pelo crime de racismo, por exemplo; porém, as

estruturas se mantêm intactas, os grandes responsáveis seguem protegidos, ninguém deixa de ser racista porque foi criminalizado e, ao mesmo tempo, amplia-se o extermínio e o encarceramento do povo negro.

Por isso, acreditamos que a construção da justiça e da memória é uma tarefa dos movimentos sociais e deve ser feita com as armas da luta popular, não pode ser terceirizada para a justiça burguesa. Lutamos pela abolição das polícias, das prisões e de todas as estruturas que mantêm o racismo em pé! Pela construção de uma segurança pública feita por nós e para nós!



Foto: Reprodução EBC

A TROPA DOS GUERREIROS POR CRISTO

WUD ÁFRICA



⇨ A TROPA DOS GUERREIROS POR CRISTO

WUD ÁFRICA

Desde que me entendo como gente, o meu avô está em minha memória como um homem que sempre dava uma assistência sincrética para a nossa comunidade de múltiplos modos. De cestas básicas, leite em pó, legumes, peixes, pão dormido, remédios, fraldas geriátricas, cirurgias, loteamentos, materiais de construções, telhas de amianto, caminhão pipa d'água entre muitas outras coisas.

Quando ele não conseguia as doações através das suas correntes de parceiros, ele tirava dinheiro do próprio bolso sem pestanejar. Qualquer um que precisasse dele, a hora que fosse lá estava ele e toda a família para acolher, o carecente ou mesmo, um moribundo.

Teve influências nas instalações de um posto de saúde e também de uma creche, para as mães que precisavam trabalhar fora da comunidade e pasmem, nunca pediu ou exigiu que os beneficiários das políticas públicas devolvessem as obrigações com trocas de favores ou votos.

Praticava um lema: "Quem tem mais, ajuda quem tem menos e nunca pede nada em troca". A caridade, o amor ao próximo, o assistencialismo a qualquer ser humano sem o julgamento prévio, era o seu slogan. Um senhorzinho de fé, muito apegado a Deus, assim como aos santos do catolicismo, encantados, boiadeiros, povos de ruas, marinheiros, boêmios, caboclos, pretos velhos, sereias, baianos, ciganos, pombagiras, mentores, exus e outros guias da umbanda.

Recordo-me como se fosse hoje, como ele também possuía um respeito mútuo aos orixás, deuses e deusas, voduns, inquices entre outras energias vindas das terras da "Mãe África".

No morro ele também era um grande líder espiritual que instruiu muitas pessoas a trilharem os caminhos do bem em prol do amor ao próximo. Onde alimentava os espíritos de todos e muitas vezes, também as barrigas vazias, independente da cor/raça, gênero, religião, partido político, orientação sexual e

outros.

Com isso, a família foi crescendo cada dia mais e mais. Minha Mãe, por exemplo, passou a ministrar aulas de reforços escolares para as crianças, o quintal ficava cheio a todo tempo, e com isso, quase a comunidade inteira era considerada como uma família, graças aos laços de aquilombamentos semeados pelo meu avô.

O tempo passou e hoje aquelas crianças que brincavam comigo, e que muitas delas pediam a “benção” ao meu Avô, aqueles mesmos moleques que corriam atrás dos doces de “São Cosme, São Damião e Doum”, atualmente correm atrás de muitos de nós com armas em punho, em nome de um “Deus Superior”, branco, loiro e de olhos azuis, em que a meu ver, é puro ódio, ganância, intolerância e racismo.

Certo dia, Eu e o meu Avô chegando em casa, território esse também onde está assentado o nosso “barracão”, fomos advertidos por um meliante mais ou menos assim:

- Colé Pai Nhonhô... A “benção”!

- Que Deus te abençoe Wevertinho... E que ele te encha de sortes e alegrias meu filho.

- Se esse monte de matos e flores que o senhor está levando aí... É para alguma gira que vai rolar hoje ou amanhã no seu terreiro... O Pai “pode tirar o seu cavalinho da chuva”! Já vou te mandar o papo reto Pai... No respeito! Nem o senhor e mais ninguém aqui do morro, vai poder “tocar” prá ninguém! Aqui agora foi decretado que “não pode mais ter essas coisas do diabo”.

- Wevertinho meu filho... Não posso acreditar nisso que você esta falando! Você sabe que não posso deixar de saudar, principalmente hoje à noite os meus guias! Meu filho... A sua própria família toda vai estar lá! E você sabe muito bem a importância disso.

- Agora a ordem é fechar todos os terreiros que existem no bairro! E mais Pai... Eu sou um novo homem... Agora faço parte da “Tropa dos Guerreiros por Cristo” e iremos acabar com essa batalha espiritual que estamos vivendo aqui na Baixada Fluminense... E essa luta... Não é só a gente aqui no bairro não, ela é no Rio de Janeiro inteiro.

- Mas menino... Todos nós estamos vivendo em um estado laico! Temos todos os direitos de “ir e vir”! E de professarmos

a fé que escolhermos... Vocês estão errados em fazer isso meu filho. Cristo nunca se agradaria com isso!

- Se liga Pai... Já mandei o papo... Nós veio proteger a área e libertar as pessoas dessas maldições! E se o Pai não respeitar... O Pai vai ter que sair do morro... Ou...!

E foi assim que teve inicio as perseguições da “Tropa dos Guerreiros por Cristo”. Fomos todos obrigados a abolir o uso de roupas brancas no “Dia de Oxalá” e não mais cultuar aos nossos deuses e ancestrais.

No começo o meu Avô, assim como toda a minha família e algumas pessoas do território, fizemos de tudo para tentar subverter o novo sistema de regras fundamentalistas, arbitrárias e autoritárias. Determinações essas, baseadas em discursos de fúrias, racismos, segregações, preconceitos e muitas intolerâncias religiosas. Repugnâncias essas, voltadas para determinados grupos, a partir de uma raça/cor, um credo e uma classe. Gerando nestas territoriedades, as mais heterogêneas desigualdades.

MURO PICHADO COM RECADO AO LADO DE
UMA CASA DE AXÉ
"POR FAVOR NÃO COLOCAR DESPACHO
AQUI, JÁ BASTA A LIXEIRA NÉ"
KM 32, MUNICÍPIO DE NOVA IGUAÇU - RJ.





BRASIL DE TODOS OS SANTOS

UM PAÍS CONSTRUÍDO A PARTIR DE COMUNIDADES
TRADICIONAIS DE MATRIZ AFRICANA

LUCAS RIBEIRO DE ANDRADE

BRASIL DE TODOS OS SANTOS

UM PAÍS CONSTRUÍDO A PARTIR DE COMUNIDADES TRADICIONAIS DE MATRIZ AFRICANA

LUCAS RIBEIRO DE ANDRADE

O processo de apagamento cultural africano no Brasil é um projeto instituído pela colonização desde a transportação/tráfico dos africanos para as Américas através dos navios negreiros. Segundo o IBGE (2000), o Brasil foi o país que mais importou africanos escravizados no mundo, sequestrando cerca de 4 milhões de pessoas. Ao longo deste processo, foram muitas as formas de apagamento das identidades africanas. Dentre elas, uma das mais emblemáticas e cruéis foi a conversão forçada ao cristianismo. Segundo os colonizadores, os negros africanos eram amaldiçoados por uma força divina e careciam passar pelo processo de “restauração” de suas almas. Como discute Saviane (2013, p.47), “para os jesuítas a religião católica era considerada obra de Deus, enquanto as religiões dos índios e dos negros vindos da África eram obra do demônio”. Partindo desse pressuposto, começa a tentativa de destruição das religiões de matriz africana, sendo a liberdade religiosa e o respeito público aos terreiros

algumas das mais importantes frentes de luta por reparação da memória negra em diáspora (Nascimento, 1980; Santos, 2015; Sacramento, 2016; Moura & Ramos, 2017; Silva Pereira, 2019; Hoshino et alli, 2020; Moraes, 2021; Alves, 2021).

As religiões de matriz africana são uma das formas de resistência da população negra, sobretudo periférica, no Brasil:

“Eles não abriram mão de suas religiões cuja relação dialógica com a estrutura política, econômica e social é fundamental. Por isso, a religião constitui o núcleo duro, a partir do qual se organizou a resistência cultural afro-brasileira em outros setores da vida: artes, música, dança, culinária, plantas medicinais, entre outros.”
(Munanga, 2020, p. 9).

A formação do Estado brasileiro foi acompanhada por uma sistemática repressão e perseguição da população negra. Neste processo, as religiões de matriz africana são uma forma de resistência central:

“(…) Como se percebe, em consequência

desse ideal de civilização branca, moderna e cientificista, os negros foram sendo expulsos da vida social de nossas cidades ou responsabilizados “cientificamente” pelo nosso atraso cultural, tendo de sobreviver material e culturalmente, ora introjetando os preconceitos de que eram vítimas, ora enaltecendo seus valores, afirmando suas diferenças, e buscando nelas formas de se articularem alternativamente aos padrões do mundo branco dominante. Os terreiros que, como vimos, estavam presentes nas cidades brasileiras desde o período colonial, tornaram-se também núcleos privilegiados de encontro, lazer e solidariedade para negros, mulatos e pobres em geral, encontraram neles o espaço onde reconstituir suas heranças e experiências sociais, afirmando sua identidade cultural. E a religião, restituindo algum conforto espiritual e esperança para grupos tão perseguidos e estigmatizados, pôde desempenhar seu papel clássico que é o de tornar o sofrimento suportável e fazer da fé uma forma de prosseguir mesmo diante da dissolução do mundo ao redor.” (Silva, 2005, p. 54-56).

Com a redemocratização do nosso país nos anos 1980, houveram alguns avanços rumo à construção de um país laico e com liberdade religiosa para as religiões de matriz africana, como colocado pela própria Constituição Federal de 1988, em seu artigo 5º, inciso VIII: “Ninguém será privado de direitos por motivo de crença religiosa ou de

convicção filosófica ou política, salvo se as invocar para eximir-se da obrigação legal a todos imposta e recusar-se a cumprir prestação alternativa, fixada em lei.”

O racismo religioso, no entanto, segue uma realidade presente no cotidiano de nossa sociedade, que insiste em apagar as diversas formas de existência dos povos que constituem nossa nação. Segundo dados do Disque 100 do Ministério da Mulher, da Família e dos Direitos Humanos, foram registrados 477 casos de intolerância religiosa em 2019, 353 casos em 2020 e 966 casos em 2021. Os dados dos estudos apontam que os membros de religiões de matriz africana são os mais atingidos pela intolerância religiosa. Numa entrevista ao Brasil de Fato, Ana Gualberto, coordenadora de ações com comunidades negras tradicionais da organização ecumênica Koinonia, explica que “embora a intolerância religiosa possa ser praticada por qualquer outra fé, no nosso país mais de 75% dos casos são contra pessoas de religião de matriz africana”.

Como podemos observar, os casos de ataques a religiões de matriz africana vêm aumentando ao longo do tempo,

algo que se sustenta pela negligência do poder público, que não pune tais ataques e tampouco tem implementado políticas efetivas de educação da população sobre a diáspora africana e a história da África, e por formas de racismo propagadas por outras religiões hegemônicas. Qualquer um dos fatores contribui para a negação e o apagamento cultural dos negros no Brasil.

Normativas como a Lei nº 5.506/2009, que declara o candomblé como patrimônio imaterial do estado do Rio de Janeiro, são de grande avanço para o reconhecimento dos povos tradicionais de matriz africana e para a afirmação de seus direitos. Reconhecer os terreiros de umbanda e de candomblé como parte da construção cultural e histórica de nosso país é manifestar e valorizar a contribuição do trabalho dos negros para a formação da nação.

"Creio ser dispensável evocar neste instante o chão que o africano regou com seu suor, lembrar ainda uma vez mais os canaviais, os algodoais, o ouro, o diamante e a prata, os cafezais, e todos os demais elementos da formação brasileira que se nutriram no sangue martirizado do escravo. O negro está longe de ser um arrivista ou um corpo estranho: ele é "o próprio corpo e a alma deste país." (Nascimento, 1989, p. 253).

"" (Nascimento, 1989, p. 253).

Os Povos e Comunidades de Terreiro são reconhecidos no Brasil como Povos e Comunidades Tradicionais (PCTs), grupos amparados juridicamente pela Convenção no 169 da Organização Internacional do Trabalho e pelo Decreto nº 6.040/2007. Através de suas práticas e formas de organização, os Povos e Comunidades de Terreiro promovem saúde, educação, cultura e segurança alimentar (Brasil, 2017). Esses povos têm forte ligação com seus territórios tradicionais, apresentando formas específicas de relação com o meio-ambiente e de criação da vida política e social. A afirmação dos Povos e Comunidades de Terreiro como comunidades tradicionais é uma maneira de criar e sustentar novas políticas públicas voltadas para a proteção e a continuidade desses grupos e de suas práticas. Os terreiros promovem uma constante ressignificação das experiências da diáspora africana e das vivências da África no Brasil, afirmando assim lugares de pertencimento, solidariedade e vida para seus membros e sua extensão fora do território Africano.

Bibliografia

1. ALVES, Luiz. 'Liberte nosso sagrado': as disputas de uma reparação histórica.
2. Dissertação (Mestrado em História) – Programa de Pós-Graduação em História do
3. Instituto de História, Universidade Federal Fluminense, 2021.
4. BRASIL, Secretaria Especial de Políticas de Promoção da Igualdade Racial; Secretaria
5. de Políticas para Comunidades Tradicionais. Povos e Comunidades Tradicionais de
6. Matriz Africana–Cadernos de debates. Brasília, 2017.
7. CID, Gabriel, SANTOS, Myrian. S. Memória Afro-brasileira. In. SANTOS, M. S. (org.).
8. Memória coletiva e justiça social. São Paulo: Garamond, 2021.
9. FERNANDES, Nathalia V. E. Racismo estrutural e religioso contra Povos e
10. Comunidades Tradicionais de Terreiro durante a Pandemia do COVID-19. Revista
11. Calundu, v.6, n.2, 2022, p 19–35.
12. FONSECA, Claudia L.W., SCALCO, Lucia M., CASTRO, Helisa C. de. 2018.
13. Etnografia de uma política pública: controle social pela mobilização popular. Horizontes
14. Antropológicos, ano 24, n. 50, p. 271–303.
15. GUIMARÃES. Andréa L. de C. Os direitos dos povos de terreiro na encruzilhada: o uso
16. do atabaque e o meio ambiente. Revista Calundu, v. 3, n.2, 2019, p. 150–157.
17. HOSHINO, Thiago, HEIM, Bruno. GUIMARÃES, Andréa, BUENO, Winnie. Direitos
18. dos Povos de Terreiro 2. Salvador: Editora Mente Aberta, Instituto Brasileiro de Direito
19. Urbanístico, 2020.
20. MORAIS, Mariana Ramos de. “Povos e comunidades tradicionais de matriz africana” no
21. combate ao “racismo religioso”: a presença afro-religiosa na Política Nacional de
22. Promoção da Igualdade Racial. Religião & Sociedade, v. 41, n. 3, 2021, p. 51–73.
- 23.
24. MOURA, Beatriz Martins; RAMOS, Carla. Saberes tradicionais de terreiro:
25. epistemologias, pedagogias e possíveis diálogos com a universidade. Revista Calundu,
26. v. 1, n.2, 2017, pp. 5–28.
- 27.
28. MUNANGA, Kabengele. As Religiões de Matriz Africana e Intolerância Religiosa.
29. Crítica e Sociedade: revista de cultura política, Uberlândia, v. 10, n. 1, 2020.
- 30.
31. NASCIMENTO, Abdias do. O Quilombismo: Documentos de uma militância pan-
32. africanista. Petrópolis - RJ: Vozes, 1980.
- 33.
34. SACRAMENTO, Mariana Pereira do. Povos tradicionais de terreiro: memória,
35. resistência e construção das relações nas políticas públicas. Dissertação (Mestrado em
36. Memória Social), UNIRIO, 2016.
37. SANTOS, Walkyria. Políticas Públicas de Reafricanização: Tombamento dos Terreiros
38. de Candomblé do Estado da Bahia. Dissertação (Mestrado em Gestão de Políticas
39. Públicas e Segurança Social) – Centro de Ciências Agrárias, Ambientais e Biológicas, da
40. Universidade Federal do Recôncavo da Bahia, 2015.
41. SCHUCH, Patrice, VICTORA, Ceres G., Silva, Sergio Baptista da. 2018. As políticas de

- engajamento antropológico.
Horizontes Antropológicos,
43.ano 24, n. 50, p. 7-24.
44. SHORE, Cris. 2010. La antropologia y el estudio de la política pública: reflexiones sobre
45. la “formulación” de las políticas. Antipoda, n. 10, pp. 21-49.
46. SILVA, Ioná, PEREIRA, Letícia. Povos de terreiro, direitos, políticas públicas e seus
47. reflexos nas relações sociais. Revista da ABPN, v 11, n 29, 2019, p. 223-241.
48. SILVA, Vagner Gonçalves da. Candomblé e Umbanda. Caminhos da devoção
49. brasileira. São Paulo: Selo Negro, 2005.
- 50.
51. SOUZA LIMA, Antônio Carlos de. 2012. Apresentação Dossiê Fazendo Estado: O estudo
52. antropológico das ações governamentais como parte dos processos de formação estatal.
53. Revista de Antropologia, v. 55, n.2, p. 559-564.

Referências

1. Territórios Brasileiros e Povoamento, IBGE - Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística, 2000. Disponível em: <https://brasil500anos.ibge.gov.br/territorio-brasileiro-e-povoamento/negros#:~:text=No%20continente%20americano%2C%20o%20Brasil,ter%C3%A7o%20de%20todo%20com%C3%A9rcio%20negreiro>. Acesso em: 07 de junho de 2023;
2. Relatório aponta aumento de casos de intolerância religiosa no país, AGÊNCIA BRASIL, 2023. Disponível em: <https://agenciabrasil.ebc.com.br/geral/noticia/2023-01/relatorio-aponta-aumento-de-casos-de-intolerancia-religiosa-no-pais>. Acesso em: 07 de junho de 2023;
3. O Brasil registra mais de 800 denúncias de intolerância religiosa em 2021, CRESS - Conselho Regional de Serviço Social llo Região, 2022. Disponível em: <https://cresspr.org.br/2022/01/21/brasil-registra-mais-de-800-denuncias-de-intolerancia-religiosa-em-2021/>



A ORLA DE ANGRA DOS REIS É ASSOMBRADA

NANA BATISTA



A ORLA DE ANGRA DOS REIS É ASSOMBRADA

NANA BATISTA

Vou te contar uma história de terror. Uma vergonhosa história de tráfico de escravos, horror e morte.

No fundo do mar de Angra dos Reis repousa um dos mais importantes — e incômodos — tesouros arqueológicos do país: os destroços do brigue americano Camargo, o último navio negreiro a desembarcar escravizados em solo brasileiro. Ele trouxe 500 africanos para o trabalho forçado. O ano era 1852 e o tráfico já estava proibido.

As forças do Império foram avisadas e vieram pra prender o comandante do navio. Por isso, para não deixar provas da operação criminosa, o capitão do navio ateou fogo à embarcação, que foi a pique.

Agora mais de 150 anos depois, um grupo de pesquisadores acredita ter localizado a área do naufrágio na localidade de Porto Bracuí, Angra dos Reis.

Os pesquisadores divulgaram as fotos dos restos do navio no fundo do mar.

O que eles não divulgaram é que, após colocar fogo no navio

e escapar em um pequeno bote, com toda a tripulação, o maldito comandante (que o inferno lhe seja leve) deixou que quase quinhentas pessoas acorrentadas no porão do navio (escravizados homens, mulheres e principalmente crianças) morressem queimadas e/ou afogadas enquanto eles fugiam.

Por mais de 2 meses, corpos foram encontrados ao longo da orla de Angra dos Reis... Encontrados, enterrados e escondidos.

Mais de 150 anos se passaram...E nossos irmãos não tiveram nem mesmo um pouco de terra pra descansar. A maioria teve o mar de Bracuí como sepulcro.

Dizem que se você se sentar a noite, em silêncio, nas areias da praia de Bracuí, pode ouvi-los chorando e pedindo socorro... Um socorro que nunca chegou. (Eu levei velas pra areia e fiz isso.)

Esse é o presente do homem branco pro nosso povo. Quando eu digo pra vocês que essa terra foi erguida encima do sangue dos nossos ancestrais, eu não estou brincando...

É a mais pura verdade.



PALAVRAS ATLÂNTICAS

PAULO FERNANDES

PALAVRAS ATLÂNTICAS

PAULO FERNANDES

Entre as múltiplas contribuições de povos de matrizes africanas no Brasil, os Bantus se destacam em diversos aspectos, pois se considera que a origem das linguagens e fonemas, assim como da genética humana, se deu no continente africano, sendo os Bantus 1/3 dessa população negrítica, além de serem pertencentes a uma civilização de mais de 5.500 anos. Ao mesmo tempo, a configuração atual do continente africano apresenta 54 (cinquenta e quatro) países, sendo 22 (vinte e dois) destes ocupados pelos Bantus, este grupo étnico-linguístico que tem como característica a língua em comum, formadora de um tronco linguístico (proto-Bantu) constituído por três vertentes, Kikongo, Umbundo e Kibundo.

Os Bantus se dividem em torno de 600 subgrupos étnicos e se expandiram pela África Austral durante três milênios, alcançando uma área geográfica de 9 mil km², indo de Camarões ao Oceano Índico. Essa área se destaca, pois representa um fenômeno particularmente fértil para os estudos dos processos culturais, considerando os últimos dois mil anos da história pré-

colonial africana. Foi neste período, conhecido por “Idade do Ferro”, que a agricultura, a indústria do ferro e a pastorícia foram introduzidas na África Austral, causando uma revolução no modo de vida e em diversos aspectos. Entre os mais antigos escritos sobre os povos pré-históricos da África Austral, os escritos árabes são a partir do primeiro milênio da nossa era. E, no século II, a obra “Geografia”, de Ptolomeu, descreve as tecnologias presentes nesta região.

Dessa forma, a cultura Bantu influenciou em grande escala no processo de formação e construção da identidade e da cultura afro-brasileira. E, a partir deste contexto, foi concebida a proposta de disseminar valores da cultura deste grupo etnolinguístico e seus saberes primais. Ainda neste sentido, a história, memórias e narrativas de Dona Laura Felizardo (in memoriam), Matriarca da Cultura Bantu do Estado do Espírito Santo, reconhecida como a guardiã de um dos maiores patrimônios imateriais e endêmicos do estado do Espírito Santo, a manifestação popular do congo. Seu avô, Sro. Colodino Felizardo, Mestre Capitão da

banda de congo Alegria, foi um dos africanos responsáveis por ter trazido da África Austral (Congo), os ritmos tradicionais dos povos Bantus e por implantar na comunidade do Morro do Feijão, Acioli, distrito de João Neiva, localizada no norte do Espírito Santo. Sendo esta uma região que concentra africanos descendentes dos países do Congo, Angola e Moçambique.

Como conclusão, o Projeto Palavras (IN) Visíveis trata dos termos coloquiais de origem Bantu falados pela Matriarca Dona Laura Felizardo, a saber:



CAMBAO TARIMBA
JEQUE ZANZAR
FUZUE ZANZAR
GURUFIM
INSIRIADO ACA
PUBA ACA



O REFLEXO INFIEL NO ABEBÊ DE UMA YABÁ

VIOLAÇÕES DE DIREITOS, INTOLERÂNCIA E RACISMO RELIGIOSO
EM SÃO LUÍS - MARANHÃO

GERSON LINDOSO



➤ O REFLEXO INFIEL NO ABEBÊ DE UMA YABÁ

VIOLAÇÕES DE DIREITOS, INTOLERÂNCIA E RACISMO RELIGIOSO EM SÃO LUÍS - MARANHÃO

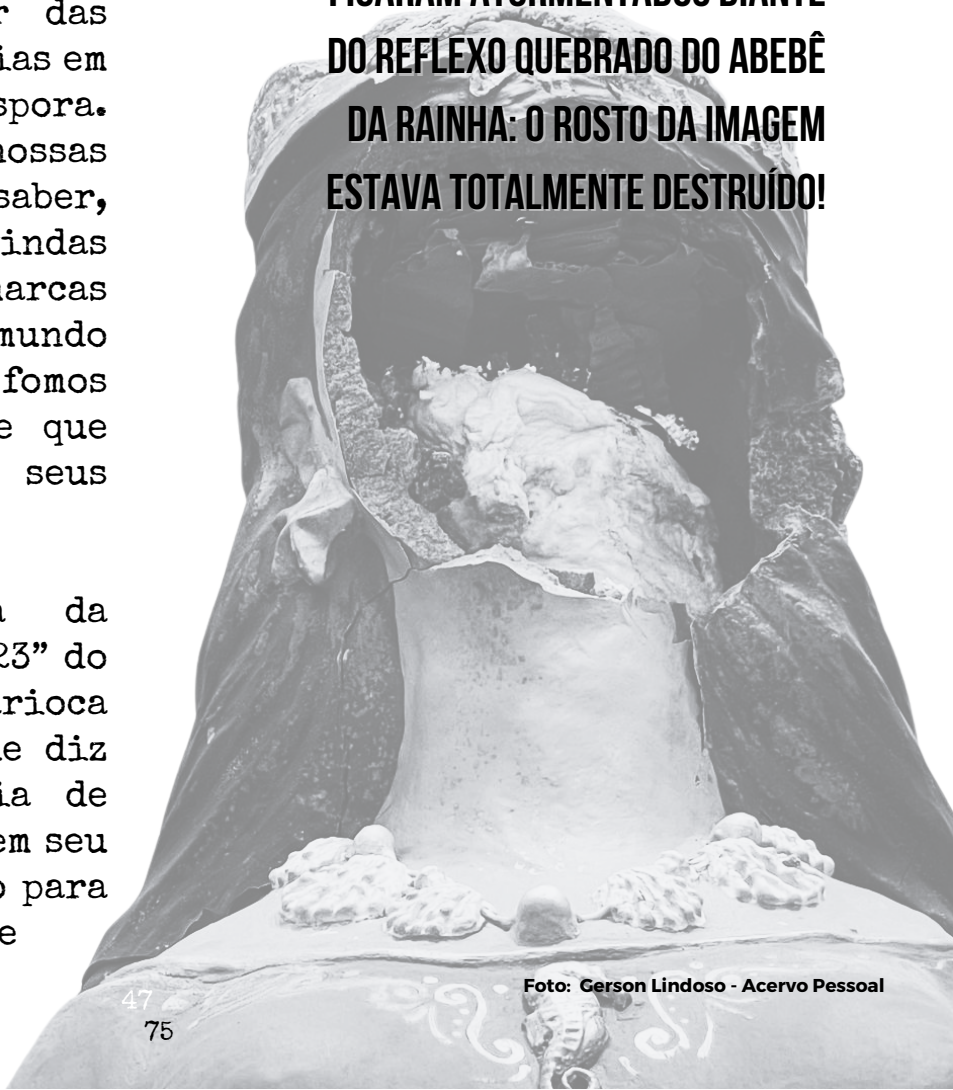
GERSON LINDOSO

É indiscutível a grande dívida histórica do Estado Brasileiro em relação aos povos e comunidades tradicionais do nosso país e aqui, destacamos os de matriz africana, representados em todo o nosso território nacional por uma multiplicidade de grupos étnicos e culturas de predominância negra, traficadas barbaramente do continente mãe e que se reconstituíram a partir das estratégicas (re) existências em nosso país enquanto diáspora. Tudo isso remete às nossas colonialidades do ser, saber, poder e de gênero advindas indelévelmente das marcas violentas de um sistema mundo colonial moderno ao qual fomos forçosamente inseridos e que tem no racismo um de seus principais aliados.

Parafraseando a letra da potente música "Domingo 23" do cantor e compositor carioca Jorge Ben Jor, quando ele diz assim: Domingo 23 é dia de Jorge! É dia dele passear em seu cavalo branco; Pelo Mundo para ver como é que tá! São Jorge

Guerreiro, acompanhado do orixá Ogum e do vodum Toy Doçu ligados ou associados sincreticamente pela cultura afro-brasileira e maranhense ao passarem pela Praia do Olho D'Água em São Luís-Maranhão, especificamente pelo monumento sagrado ou estátua da Mãe de todos os orixás, da deusa iorubana Iemanjá

FIGURAS ATORMENTADAS DIANTE DO REFLEXO QUEBRADO DO ABEBÊ DA RAINHA: O ROSTO DA IMAGEM ESTAVA TOTALMENTE DESTRUÍDO!



Uma amiga nossa Simeia Dantas, diretora da Associação Folclórica Tambor de Crioula e Ponto de Cultura Arte Nossa nos enviou tais imagens pelo aplicativo de mensagens instantâneas Whatsapp no domingo 23 de julho de 2023 pela manhã, e tamanho foi o susto ao tomar conhecimento de tal atrocidade. De imediato, consultamos grupos de discussões políticas do movimento dos povos e comunidades tradicionais de matriz africana na capital ludovicense também no whatsapp e não havia ainda nenhuma referência aquela violência. Postamos tais imagens em alguns desses grupos, gerando também revolta e indignação com aquele ato, que a priori, foi entendido como vandalismo, mas que extrapolava esse entendimento pois estávamos diante de mais um ataque de racismo e intolerância religiosa em São Luís-Maranhão.

Com o objetivo de nos certificarmos e tentar entender as motivações de mais um ato de racismo religioso e intolerância, que temos acompanhado nos últimos anos por meio do movimento político de povos e comunidades tradicionais de matriz africana na capital ludovicense através de nosso trabalho tanto como educador,

militante/ativista, antropólogo e negro de axé fomos até à Praia do Olho D'Água. Nos deparamos com o reflexo infiel do abebê de Iemanjá, registramos imagens, fizemos um vídeo de protesto e conversamos com o comerciante do quiosque de cocos mais próximo da imagem do orixá, que nos revelou o descaso das autoridades públicas maranhenses em relação à conservação e preservação daquele espaço, também chamado de 'pracinha de Iemanjá' pelo povo de santo.

Diante das manifestações em rede digital e dos primeiros encaminhamentos políticos do movimento de povos e comunidades tradicionais de matriz africana em nossa cidade as primeiras ações foram desenvolvidas de forma coletiva, dentre elas a criação de um grupo de whatsapp intitulado, 'NÃO TOQUE EM NOSSO SAGRADO' para que todos (as/es) pudessem alinhar e organizar os devidos trâmites legais e jurídicos junto às autoridades competentes. Como primeira demanda foi feito o registro e formalização da denúncia de tal ato junto à Delegacia de Crimes Raciais, Delitos de Intolerância e Conflitos Agrários, localizada na Rua Rio Branco, nº 251-Centro em SL-MA., tendo como delegado titular o Dr. Agnaldo

Carvalho. No dia vinte e quatro de julho de 2023, um dia após os coletivos e o movimento de povos de terreiro tomarem conhecimento de tal violação patrimonial da estátua de Iemanjá, foi formalizada à notícia crime junto à delegacia supracitada e, a priori, teve como protagonistas variadas organizações e coletivos, dentre eles: Rede Nacional de Religiões Afro-Brasileiras e Saúde- Renafro, Federação de Umbanda e Culto Afro do Maranhão, Fórum Estadual de Mulheres de Axé, Coletivo Dan Eji, Terreiro Nossa Senhora da Vitória (Umbanda), Ilê Ashé Alagbedê Olodumarê (Candomblé), Tenda São Jorge Jardim de Oeira da Nação Fanti Ashanti (Tambor de Mina/ Candomblé); Ilê Sogbossi Inã (Mina e Candomblé); Ilê Ashé Akorô D'Ogum (Tambor de Mina), Terreiro de Iemanjá (Tambor de Mina), Ilê Ashé Ogum Sogbô (Tambor de Mina), entre outras.

Na denúncia crime formalizada pelos coletivos e povos de comunidades tradicionais de matriz africana em São Luís- Maranhão junto à delegacia foram elencados vários pontos que fizeram referência à importância e sacralidade da imagem dessa divindade de matriz africana e do local em que ela está representada, a praia do Olho D'Água. Essa praia é concebida pelo povo de

Santo maranhense como 'sagrada' sendo constituinte das suas 'territorialidades de axé' (território de relação profunda com suas atividades e práticas de culto afro-religioso transcendendo as delimitações espaciais formais) em que lideranças, filhos (as/es) de santo, adeptos e até mesmo simpatizantes (pessoas não iniciadas) costumam louvar e homenagear essa deusa africana em vários momentos ao longo de todo ano:

*FESTA DE IEMANJÁ (PASSAGEM DO ANO DE 31 DE DEZEMBRO PARA 10 JANEIRO) PROMOVIDA PELA FEDERAÇÃO DE UMBANDA E CULTOS AFRO DO MARANHÃO, COMANDADA PELO VEREADOR E PAI-DE-SANTO ASTRO DE OGUM E POR BENEDITO GOMES- BINÊ DO TERREIRO DE IEMANJÁ.

*02 DE FEVEREIRO- ALGUNS TERREIROS DE MINA E UMBANDA COSTUMAM FAZER TOQUES EM HOMENAGEM À DEUSA IEMANJÁ E VÁRIOS FILHOS (AS/ES) E LIDERANÇAS VÃO FAZER SUAS OFERENDAS.

*AO LONGO DE TODO ANO SÃO FEITAS HOMENAGENS E OFERENDAS AOS PÉS DESSA IMAGEM NA PRAIA DO OLHO D'ÁGUA, DESDE QUE ESSA PRACINHA FOI INAUGURADA NO ANO DE 2022.

Apesar do abandono e do descaso dos poderes públicos (Prefeitura e Governo do Estado) em relação à essa praça e ao monumento sagrado de Iemanjá em nenhum momento essa imagem sofreu um ataque racista religioso e intolerante desse nível, visto que além de frequentarmos essa praia por mais de duas décadas

participamos assiduamente da festa em homenagem a esse orixá na passagem do ano (31 de dezembro a 1º de janeiro). As opressões sociais, políticas e culturais em relação aos povos e comunidades tradicionais de matriz africana são históricas e estruturais se analisarmos as inúmeras violências, apagamentos e ataques constantes aos seus agentes e aos seus patrimônios em nosso país e no Estado do Maranhão.

Como postula o advogado do axé Dr. Hélio Silva (2007), há uma lacuna entre direitos constitucionalmente deferidos e o cotidiano de violações de direitos que vitimizam tanto as comunidades de terreiro, quanto as suas lideranças, filhos (as/es) e demais adeptos. Desde o período colonial, passando pelo império (com a organização efetiva de variados espaços e territórios de axé, a partir da denominação de casas, terreiros, roças, canzuás, etc) até mesmo chegando na república essas perseguições, ataques e opressões não cessaram.

De acordo com o II Relatório sobre Intolerância Religiosa: Brasil, América Latina e Caribe, publicação organizada pelo Centro de Articulação de Populações Marginalizadas e pelo Observatório das Liberdades Religiosas, com

apoio da Representação da Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura (Unesco) no Brasil, aponta aumento dos casos de intolerância religiosa no país. Dados do portal Disque 100, do Ministério da Mulher, da Família e dos Direitos Humanos, foram registrados 477 casos de intolerância religiosa em 2019, 353 casos em 2020 e 966 casos em 2021 (AGÊNCIA BRASIL, 2023).

No Estado do Maranhão e especificamente na capital ludovicense, ilha de São Luís houve um aumento considerável de casos de racismo e intolerância religiosa com violências marcantes em relação aos povos e comunidades tradicionais de matriz africana nas duas últimas décadas, nas quais pontuamos alguns desses casos abaixo:

NO FINAL DO ANO DE 2001, O CASO DE INTOLERÂNCIA/ RACISMO RELIGIOSO SOFRIDO PELO TERREIRO DE MINA SÃO BENEDITO (TERREIRO DO JUSTINO/ VILA EMBRATEL), QUE TEVE SEUS LOCAIS SAGRADOS PROFANADOS POR UM CASAL DE EVANGÉLICOS, ACOMPANHADOS DA POLÍCIA À PROCURA DE UMA SUPOSTA CRIANÇA DESAPARECIDA.

• EM 2011, O CASO DE INTOLERÂNCIA/ RACISMO RELIGIOSO SOFRIDO PELA FILHA BIOLÓGICA DE PAI LINDOMAR DE XANGÔ, LÍDER DO TERREIRO DE MINA DOM MIGUEL, BAIRRO ANJO DA GUARDA.

• EM 2016 O CASO INVERTIDO DE INTOLERÂNCIA

RELIGIOSA/ RACISMO RELIGIOSO, SOFRIDO PELO PAI 'TICO DE PERUANA' NO BAIRRO ANJO DA GUARDA, QUE DE 'VÍTIMA' SE TORNOU 'OPRESSOR'. 'BRIGA DE VIZINHOS'?!

- NO ANO DE 2018 TIVEMOS O TERREIRO DE MINA 'FLOR DO MATÃO- DEUS É QUEM GUIA', DO SAUDOSO PAI JORGE ELIAS MATOS NO BAIRRO DO SÁ VIANA INVADIDO E DEPREDADO POR UM HOMEM EVANGÉLICO.

- EM JANEIRO DE 2020, O BABALORIXÁ VALDSON LUZ REIS- PAI VAL DE OXUMARÊ, DO TERREIRO DE MINA CABOCLA JUREMA- SERRANO/ MA., FOI BRUTALMENTE EXPULSO E QUASE VIOLENTADO FISICAMENTE POR UMA DONA DE BAR E SEUS COMPARSAS, NA PRAIA DO ARAÇAGY EM SL-MA., POIS FOI FAZER UMA OFERENDA À IEMANJÁ (LINDOSO, 2023).

- PAI CLINGER RODRIGUES DE SOUSA, 'TUTU', LÍDER DO TERREIRO DE MINA NOSSA SENHORA SANTANA NO BAIRRO DO APEADOURO. VÍTIMA DE DENÚNCIAS DE VIZINHOS CONTRA A FESTA DO DIVINO ESPÍRITO SANTO. INTOLERÂNCIA E RACISMOS (RELIGIOSO E INSTITUCIONAL). ANOS: 2020/ 2021.

- O TERREIRO DE MINA DOM MIGUEL LIDERADO POR PAI LINDOMAR SARAIVA BARROS NO BAIRRO ANJO DA GUARDA FOI INCENDIADO CRIMINOSAMENTE E APEDREJADO ININTERRUPTAMENTE. OS ATAQUES INICIARAM DESDE O MÊS DE MAIO DO ANO DE 2021. VÍTIMA DE RACISMO RELIGIOSO E INSTITUCIONAL NA SOLUÇÃO DO CASO.

- TERREIRO DE MINA MAMÃE OXUM E PAI OXALÁ DE PAI JOÃO GUALBERTO- JOÃOZINHO DA VILA NOVA FOI VÍTIMA DE RACISMO RELIGIOSO E INTOLERÂNCIA, A PARTIR DA TENTATIVA DE INVASÃO POR PARTE DE UMA IGREJA EVANGÉLICA DA REGIÃO, QUE PROPOSITAMENTE ORGANIZOU UM CULTO RELÂMPAGO EM FRENTE À ESSA CASA. ANO: 2021.

- MÃE PAULA EM SÃO JOSÉ DE RIBAMAR: VÍTIMA DE ASSÉDIOS, INTOLERÂNCIA RELIGIOSA E RACISMO.

- MÃE PAULA EM SÃO JOSÉ DE RIBAMAR: VÍTIMA DE ASSÉDIOS, INTOLERÂNCIA RELIGIOSA E RACISMO. ANO: 2021.

- PAI CARLOS NO RESIDENCIAL CARLOS AUGUSTO EM PAÇO DO LUMIAR-MA. RACISMO RELIGIOSO/ INTOLERÂNCIA. ANO: 2021.

- CASA FANTI ASHANTI, CRUZEIRO DO ANIL EM SÃO LUÍS-MA., DO SAUDOSO PAI EUCLIDES TALABYAN E ATUALMENTE COMANDADA PELA IALORIXÁ MÃE KABECA DE XANGÔ SOFREU ATAQUE DE IGREJA NEOPENTECOSTAL NO MÊS DE ABRIL DE 2022.

- TERREIRO DE MINA ILÊ ASHÉ OSUN OPÀRÁ DE PAI NERY DA OXUM, LOCALIZADO EM ITAPERÁ MARACANÃ, ZONA RURAL DA CIDADE DE SÃO LUÍS-MA., FOI DURAMENTE ATACADO POR IGREJA EVANGÉLICA EM CULTO PÚBLICO. SETEMBRO DE 2023.

Atualmente, um relatório analítico e quantitativo sobre os casos de racismo religioso e intolerância está sendo produzido por algumas lideranças e coletivos políticos do movimento de povos e comunidades tradicionais de matriz africana em São Luís-Maranhão do qual destacamos o Coletivo Dan Eji, coordenado pela Ialorixá do Candomblé Jô Brandão junto à delegacia de crimes raciais, delitos de intolerância e crimes agrários. É importante destacar os percalços do movimento político dos Povos e Comunidades Tradicionais de Matriz Africana em São Luís-Ma., no combate aos racismos e intolerâncias particularmente

a respeito desse caso da imagem sagrada de Iemanjá junto ao poder público estatal no qual foram acionados variados órgãos e autoridades estatais, jurídicas e institucionais, dentre elas: Secretaria de Segurança Pública do Maranhão-SSP/MA., Agência de Mobilização Urbana e Serviços Públicos/ MOB; Secretaria de Estado de Cultura/ SECMA; Secretaria de Estado de Igualdade Racial/ SEIR/MA.; Conselho/ CEIRMA; Ministério da Igualdade Racial/ Diretoria de Políticas para Povos e Comunidades Tradicionais de Matriz Africana e Povos de Terreiro (DPTMAT), Luzi Borges; Defensoria Pública do Estado do Maranhão-DPE-MA., Secretaria de Governo do Estado-SEGOV-MA.; Promotoria de Direitos fundamentais/ Dra Marcia Buhaten; Procuradoria Geral de Justiça Sandra Elouf e Dro Nicolau Hiluy, além da Comissão de Liberdade Religiosa da Ordem dos Advogados do Brasil- OAB-MA (Dra Alda Bayma) que acompanhou o caso.

Vários documentos foram entregues solicitando providências e reivindicando justiça diante do ocorrido, entretanto o racismo institucional e estrutural do nosso Estado tem nos atingido fortemente, mas não nos silenciou. Apesar do Estado do

Maranhão contar com uma delegacia especializada para tratar esses tipos de crimes de cunho racial e religioso, fundada no ano de 2018, uma das grandes críticas é estrutural intimamente ligada ao racismo institucional, extensivo dos âmbitos da segurança pública às instâncias jurídicas e governamentais maranhenses.

Concordamos com as vozes das lideranças e coletivos políticos dos povos de terreiro em São Luís-Ma, que não descartam a possibilidade de que todos esses crimes de racismo religioso e intolerância estejam interseccionados a um conjunto complexo de opressões emitidas por grupos religiosos fundamentalistas, conservadores, e de denominações pentecostais e neopentecostais em nosso Estado. No ano de 2021, o terreiro de Mina Mamãe Oxum e Pai Oxalá, de pai Joãozinho da Vila Nova, reconhecido dentro do bairro e em toda localidade do Itaqui-Bacanga foi alvo de uma série de ataques e violências racistas religiosos de igreja evangélica, que de maneira estratégica organizou um 'culto relâmpago' em frente ao terreiro daquele líder religioso, causando tal situação.

Em abril de 2022, a Casa Fanti

Ashanti, do saudoso Euclides Talabyan, liderado pela mãe Kabeca de Xangô foi alvo de racismo religioso/ intolerância praticado por membros de igrejas neopentecostais que em marcha evangelizadora pelas ruas do bairro Cruzeiro do Anil pararam em frente ao terreiro e cometeram atos e gestos racistas religiosos e intolerantes direcionados à casa e aos seus membros ashantienses.

Em setembro de 2023, o Terreiro de Mina, Ilê Ashé Osun Opàrá, de pai Nery da Oxum, localizado na zona rural de São Luís, foi também alvo de igreja evangélica que organizou um culto em frente a sua comunidade afro-religiosa, proferindo um discurso exorcizante de cunho racista religioso e intolerante. Atualmente, na Assembleia Legislativa do Maranhão-AL, a deputada Mical Damasceno (PSD) tem sido uma voz destoante e combativa aos povos e comunidades tradicionais de matriz africana em nossa cidade.

Diante desses casos de racismo e intolerância a referida deputada tem se mostrado uma impetuosa defensora dos membros e coletivos das igrejas evangélicas envolvidas nesses casos. A exemplo disso, citamos a intervenção violenta que a

deputada Mical Damasceno (PSD) promoveu contra os povos de terreiro de São Luís-Ma, no dia catorze de setembro de 2023 em uma sessão extraordinária da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, presidida pelo deputado estadual Carlos Lula (PSB) na Assembleia Legislativa do Maranhão (AL).

Essa reunião tinha como objetivo receber a denúncia do caso de racismo religioso/ intolerância sofrido pelo pai Nery da Oxum somado a tantos outros em nosso Estado, discutindo medidas de combate e solução, a partir da organização de outra audiência pública para tratar especificamente desse contexto, entretanto, nosso povo foi duramente atacado por essa parlamentar.

Destacamos dois atos públicos importantes organizados pelos povos e comunidades tradicionais de matriz africana em São Luís-Maranhão denunciando todo esse descaso em relação ao seu patrimônio material e cultural:

- PRIMEIRO ATO DE REPÚDIO AO CRIME PATRIMONIAL RELACIONADO À ESTÁTUA DE IEMANJÁ, REALIZADO NA MANHÃ DO DIA 25 DE JULHO DE 2023 NA PRAIA DO OLHO D'ÁGUA.
- SEGUNDO ATO DE REPÚDIO EM RELAÇÃO AO CRIME PATRIMONIAL RELACIONADO À ESTÁTUA DE IEMANJÁ, REALIZADO NA TARDE DO DIA 28 DE JULHO DE 2023 NA

Apesar das investigações desenvolvidas pela Delegacia de Crimes Raciais, Delitos de Intolerância e Crimes Agrários e de toda a mobilização política e jurídica junto ao próprio Estado do Maranhão e às autoridades e as suas devidas representações esse crime estendido a várias tipificações como a patrimonial (art. 163/ CPB); Ultraje a Culto e a seu impedimento (art. 208/CPB); Racismo (Art. 20/ Lei 7716/89), além dos crimes cibernéticos direcionados ao caso reverberado nas redes sociais e blogs por parte de racistas e intolerantes religiosos não foi elucidado por falta de provas materiais para se encontrar culpados(as/ es). A inexistência de imagens de gravação ou de um sistema de vigilância foi um dos elementos cruciais apontados, além de testemunhas que pudessem comprovar tal fato ou identificar possíveis criminosos (as) aliado à estrutura deficiente da própria delegacia como um forte comprometedor para a não elucidação tanto desse caso quanto dos inúmeros outros, reforçando o que conhecemos como racismo religioso e institucional no Brasil e especialmente em São Luís-Maranhão, quando nos referimos

ao povo negro e aos povos e comunidades tradicionais de matriz africana. De acordo com as secretarias e órgãos estatais a estátua de Iemanjá está em processo de restauração e será recolocada no seu devido lugar com a demanda governamental da real implementação do projeto de requalificação da praça de Iemanjá, na praia do Olho D'Agua em São Luís-Maranhão. Vários encaminhamentos e tomadas de decisões por meio de ações políticas de (re) existência foram e estão sendo desenvolvidas pelo movimento político dos povos e comunidades de terreiros de São Luís-Maranhão.

Lembramos que mesmo diante desse e outros impropérios um dos ganhos do movimento político dos povos e comunidades tradicionais de matriz africana em São Luís em meio a todas as suas incansáveis lutas no combate às opressões e racismos, citamos a assinatura do decreto 37761, de junho de 2022, pelo governador em exercício na época, Paulo Velten, estabelecendo a Política de Proteção ao Direito dos Povos e Comunidades Tradicionais de Matriz Africana e Afro-Brasileira, e que necessita ser urgentemente respeitado, seguido e implementado especialmente pelo poder público e

instituições sociais maranhense. Juntamos nossa voz ao discurso forte do cientista político, advogado, quilombola e ogã do Ilê Ashé Alagbedê Olodumarê, Danilo Serejo, que roga ao orixá Exu que continue iluminando e protegendo nosso povo para que tenhamos força para (re) existir e sobreviver tendo um dia a nossa tão sonhada humanidade reconhecida pelo Estado através das políticas e direitos que nos cabem. Exu ao avistar aqueles três grandes guerreiros (São Jorge, Ogum e Toy Doçu) desolados diante da estátua de Iemanjá na praia do Olho D'água se aproximou, pedindo calma a todos e foi logo contando uma das histórias de Iemanjá para vencer seus inimigos: Exu afirmou que aqueles pedaços e cacos daquela imagem não destruíram ou feriram a grande deusa, como muitos racistas estavam pensando. Ele lembrou que uma vez, a deusa das águas diante da iminência de um ataque de guerra de um reino inimigo, pegou vários espelhos de todas as formas e colocou na beira do mar... E lá ficou em pé com uma espada em punho! Quando os inimigos vieram e olharam os vários reflexos distorcidos dos seus abebês, ficaram totalmente aterrorizados, fugindo apavorados, gritando- A deusa não está sozinha! Eles viram um

exército de criaturas horríveis junto daquela deusa. Assim, Iemanjá venceu estrategicamente sozinha aquela batalha! O reflexo infiel dos seus abebês mostrou a seus inimigos a imagem deles próprios! Deste modo, os deuses guerreiros se acalmaram e Exu saiu cantarolando e saudando Iemanjá: Odoyá rainha do Mar!

CONTINUAREMOS NA LUTA COM NOSSO POVO DE AXÉ E EM NOSSAS (RE) EXISTÊNCIAS, BUSCANDO ALTERNATIVAS E ESTRATÉGIAS COM IEMANJÁ E OS DEMAIS ORIXÁS NESSA COMPLEXA GUERRA CONTRA UM SISTEMA OPRESSOR PROFUNDAMENTE ORGANIZADO. O PROCESSO CAMINHOU PARA SEU ARQUIVAMENTO! REPARAÇÃO JÁ! AVANTE! ASHÉ!

Referências

1. LINDOSO, Gerson Carlos P; MOTA, Christiane de Fátima Silva; ALVES, Luciana Railza Cunha. Entre rosas despedaçadas, presentes e perfumes sobram os espinhos: uma análise etnográfica do caso de racismo religioso sofrido por pai Valdson de Serrano (Maranhão). In: Miranda, Ana Paula de (et al). As Tramas da Intolerância Religiosa e do Racismo. Rio de Janeiro: Telha, 2023.
2. Relatório aponta aumento de casos de intolerância religiosa no país: religiões de matriz africana são as mais atingidas. Agência Brasil, 2023. Disponível em: <https://agenciabrasil.ebc.com.br/geral/noticia/2023-01/relatorio-aponta-aumento-de-casos-de-intolerancia-religiosa-no-pais>. Acesso em: 12/05/2023.

3. SEREJO, Danilo. Aqui, Exu não aplaude: Intolerância religiosa no Maranhão e racismo institucional. Disponível em: <https://esquerdaonline.com.br/2021/07/26/exu-nao-aplaude-intolerancia-religiosa-no-maranhao-e-racismo-institucional/> Acesso em: 16/08/2023.
4. SILVA JR, H. Notas sobre o sistema jurídico e intolerância religiosa no Brasil. In: SILVA, Vagner Gonçalves da org). Intolerância Religiosa: impactos do neopentecostalismo no campo religioso afro-brasileiro. São Paulo: EDUSP, 2007.



Foto: Gerson Lindoso - Acervo Pessoal



DOS DESAFIOS DE REPARAR AQUELES QUE INSISTIMOS EM NÃO VER

BREVES CONSIDERAÇÕES SOBRE OS PCTRAMA NO CONTEXTO DA
REPARAÇÃO DE BRUMADINHO/MG

FERNANDO LUIS DE ASSIS OLIVEIRA BARBOSA

➤ DOS DESAFIOS DE REPARAR AQUELES QUE INSISTIMOS EM NÃO VER

BREVES CONSIDERAÇÕES SOBRE OS PCTRAMA NO CONTEXTO DA REPARAÇÃO DE BRUMADINHO/MG

FERNANDO LUIS DE ASSIS OLIVEIRA BARBOSA

Falar de reparação é falar de memória, resgatar histórias, dar vez e garantir voz e, a partir de uma realidade complexa, encontrar caminhos para, de alguma maneira, mitigar os impactos de uma intervenção humana que desencadeou uma série de danos.

No dia 25 de janeiro de 2019, ocorreu o rompimento das barragens B-I, B-IV E B-IVA/Córrego do Feijão ocorrido na cidade de Brumadinho, o que caracterizou um dos maiores crimes ambientais e o maior desastre trabalhista verificado no Brasil, houve, ainda, a perda de 270 (duzentas e setenta) vidas (Vale, 2022).

Quatorze milhões de toneladas de lama e rejeitos de minério de ferro inundaram Brumadinho (MG). De propriedade da Vale, a barragem de córrego de Feijão rompeu e a lama invadiu as comunidades próximas, poluiu o Rio Paraopeba e deixou como legado 270 mortes e 11 pessoas desaparecidas. Foi o segundo maior desastre socioambiental

da história do Brasil depois de Mariana.

Houve o depósito de rejeitos de mineração ao longo da calha do rio Paraopeba, o que implicou a afetação de diversas comunidades, e que, para além dos efeitos perceptíveis de forma imediata, refletiu em seus modos de vida, saúde mental etc. Os danos decorrentes do rompimento das barragens se apresentaram de maneira difusa e sua identificação, de maneira mais próxima da realidade, não pode ocorrer por simples estimativa, dada a complexidade da situação envolvida.

No entanto, quando ao contexto da reparação é associado o elemento raça, ao falarmos de sujeitos subalternizados e invisibilizados, indivíduos cujo tom de suas peles se revela "inadequado", uma série de violências - simbólicas ou não - se apresentam para o interlocutor, forçando-o a reconhecer sua ignorância e a buscar soluções que não estão

inscritas nos manuais e tampouco compiladas em fórmulas prontas que se aplicariam, num cenário hipotético, a toda e qualquer situação, sem maior necessidade de ajustes.

O Direito, em suas raízes, é desenhado para se apresentar com elevado grau de abstração de modo que, na maioria das vezes, os seus operadores não pensam nos efeitos de suas previsões na vida dos grupos mais vulneráveis. A defesa da propriedade privada (que pode ser representada pela defesa de vidraças) justifica despejos de pessoas em situação de vulnerabilidade social durante uma pandemia, a utilização das forças de segurança para tratar da questão dos drogaditos, a implantação de uma arquitetura hostil para não ter que encarar a realidade de que mais e mais pessoas (pretas e pardas, em sua maioria) estão vivendo nas ruas.

Neste contexto, nos propomos a apresentar algumas provocações, partindo de um recorte específico da questão da reparação, ao tratar dos Povos e Comunidades de Tradição Religiosa Ancestral de Matriz Africana, os quais se autodenominam PCTRAMA.

Propor uma abordagem a partir

dos impactos suportados pelas tradições de matriz africana, na condição de populações e comunidades atingidas pelo rompimento da Barragem de rejeitos minerais provenientes da Mina Córrego do Feijão, pode ser visto como um dos possíveis caminhos de enfrentamento ao racismo, em suas manifestações institucional, ambiental e religioso, e que tem por efeito a invisibilização e a negação da existência desses povos e comunidades ao longo da calha do Paraopeba.

Seguindo o curso estabelecido, sempre precisamos nos perguntar quais vozes serão escutadas e quais serão silenciadas ou, simplesmente, interditadas no debate.

A análise deste tema requer um exercício de voltar nossos olhares para o passado, como meio de identificar as práticas racistas que, sob novas roupagens, se perpetuam até os dias atuais. O que transparece quando nos valem das lentes dos debates raciais é que, se existe um projeto de longa duração e que tem se provado exitoso até certa medida, é o projeto de extermínio das vidas de pessoas não brancas, seja pela morte física ou pelo completo apagamento de suas subjetividades e contribuições para aquilo que insistem em chamar civilização.

Quando nos referimos ao projeto de extermínio, nos referimos às práticas racistas, misóginas, epistemicidas, ecocidas, xenófobas, universalistas, antipluralistas, bem como as práticas que formaram e formam nossa maneira de pensar e enxergar o mundo em que vivemos.

Vivenciamos um alegado conflito entre o ideal de modernidade e o que entendemos por tradicionalidade. Contudo, o ideal de modernidade, atrelado ao modelo capitalista no qual está inserida nossa sociedade, não só é incapaz de admitir a coexistência de formas diversas de modos de pensar, agir e viver, como se aproveita do racismo ambiental para expandir suas fronteiras.

O racismo, dada a sua plasticidade, encontra novas maneiras de se manifestar, se sofisticada, quase apaga seus rastros por completo. No entanto, as expressões do racismo religioso têm, inclusive, como complemento o racismo ambiental. Compreender as interconexões existentes entre as questões ambientais e o exercício pleno da cidadania, com a efetivação dos compromissos assumidos pela comunidade internacional quando da assinatura da Declaração Universal dos

Direitos Humanos, é compromisso inafastável da tarefa dos operadores do direito do século XXI.

Referindo-se ao racismo religioso, Moraes (2016, p. 20), aponta que “A intolerância religiosa hoje se constitui em uma forma moderna e tecnológica de racismo, de preconceito, de discriminação, de exclusão do outro.”.

Merece destaque o trecho em que a autora se refere à intolerância como uma forma moderna e tecnológica, porque, com os avanços da sociedade, algumas formas de manifestações mais ostensivas do racismo são rechaçadas, mas seguem presentes no tecido social, apresentando-se com uma aparência de cordialidade, mascarando a violência da conduta ou da omissão.

No entanto, no que diz respeito às tradições de matriz africana, o rechaço à violência não é a regra, mas sim a sua perpetuação pela omissão e pelo silêncio, considerando que a violência, expressada em suas formas mais primitivas, tem sido direcionada aos terreiros e suas lideranças, sem que provoque maior comoção social. O que precisa ser destacado é que a preservação dessas tradições não pode ser tomada como um simples culto a um

passado remoto, mas sim como o berço de possibilidades de criação de uma outra realidade, da comprovação de que não existe apenas um jeito certo de se habitar o mundo - o jeito ditado pela cultura branca ocidental - e que a coexistência desses modos de viver com o modelo imposto é possível e deve ser garantido tanto pelo Estado como respeitado por todos os membros da sociedade.

Nesse diálogo, trazemos algumas perguntas para as quais não necessariamente temos respostas, mas que entendemos que podem ser usadas como guias para o trabalho de se buscar a reparação de danos em contextos semelhantes:

1 - AFINAL DE CONTAS, QUAIS SÃO AS POPULAÇÕES AFETADAS PRIMEIRO, DE MANEIRA MAIS SEVERA E DURADOURA PELOS "DESASTRES" AMBIENTAIS?

2 - POR QUE OS GRUPOS DENOMINADOS POVOS E COMUNIDADES TRADICIONAIS SÃO VISTOS COMO UM EMPECILHO PARA O DESENVOLVIMENTO DA SOCIEDADE?

3 - QUAIS AS RAZÕES NOS IMPEDEM DE ENXERGAR QUE AS FLORESTAS NÃO PERMANECEM DE PÉ SOZINHAS E QUE, O QUE AS MANTÊM DE PÉ SÃO JUSTAMENTE AS PESSOAS E GRUPOS QUE INSISTENTEMENTE SÃO EXCLUÍDOS DO IDEAL DE MODERNIDADE?

4 - EXISTE UM CONCEITO ÚNICO DE REPARAÇÃO? COMO REPARAR DANOS QUE ALCANÇAM ELEMENTOS QUE CONSTITUEM AS PESSOAS ENQUANTO INDIVÍDUOS?

E por qual razão os PCTRAMA merecem tratamento diferenciado, pode perguntar o interlocutor. A contaminação do rio decorrente do rompimento das barragens significou a morte das subjetividades de cada um dos povos e comunidades de matriz africana. O que se aprende ao escutar os PCTRAMA é que a água, para os modos de viver e fazer das tradições de matriz africana é um elemento central. Sem água não há vida, sem água não há folha e sem folha não há Orixá.

Para além do questionamento apresentado, surgem outras perguntas a partir do descortinar de uma dimensão dos desdobramentos do rompimento. Como reparar algo cuja vida não existe mais? Como mensurar e valorar a extensão dos danos suportados pelas tradições de matriz africana? A partir de qual perspectiva a reparação pode ser pensada? É possível falar em reparação sem que se ouçam aqueles sujeitos que sistematicamente foram e são aliçados dos processos decisórios? A descontaminação/despoluição do rio, considerada a partir dos parâmetros cartesianos da ciência tradicional, trará de volta a vida necessária para que as práticas ancestrais tenham lugar como sempre tiveram?

Tratar de maneira adequada o atingimento dos PCTRAMA é trazer para a superfície as suas particularidades e, a partir disso, compreender que, apesar das preconcepções, para além de ser um objeto de disputa, o reconhecimento dos indivíduos de sua condição de atingidos é algo que demanda um processo de constituição de novas identidades.

O argumento central da discussão em torno da reparação dos PCTRAMA passa pelo esforço em reafirmar a sua presença no território e a sua condição de atingimento, para que lhes seja garantida a possibilidade de reivindicar sua participação no processo da reparação decorrente do rompimento das barragens B-I, B-IV E B-IVA/Córrego do Feijão.

Trazer para o debate a questão racial é fundamental e se encontra em conformidade com as discussões mais recentes pautadas pelos movimentos sociais e, também, pela comunidade internacional. Isso sem considerar o fato de que tal movimentação se dá no sentido de efetivar o objetivo constitucional de se alcançar uma sociedade plural, justa e igualitária.

O relatório produzido pelo Projeto Rio Doce (2021) sobre o racismo no contexto da reparação em Mariana, no

desastre crime do rompimento da barragem de Fundão, aponta que as estatísticas, construídas dentro de uma lógica estabelecida pela branquitude, no caso de Mariana, não possibilitou que os questionários elaborados tratassem da dimensão racial do atingimento e que, diante da ausência de dados em torno da questão racial, não houvesse a possibilidade de se pensar em uma dimensão específica para a abordagem do problema daqueles que suportam as consequências do rompimento de maneira mais intensa e por mais tempo.

A invisibilidade e o silêncio que tentam impor aos PCTRAMA são frutos do racismo no qual a lógica do capital encontra sua pedra fundamental, engendrando as pessoas e grupos excluídos em seus processos, de modo que estas, dentro da estrutura racista que foi pensada para deixá-las à margem, tentem recorrer a essa mesma estrutura excludente para a defesa de seus interesses.

Presos neste ciclo de avanços e retrocessos, viram desconsideradas as suas existências e, por via de consequência, a necessidade de se atender, também, às suas demandas.

Nunca é demais lembrar que foi

o racismo que pavimentou o caminho para a interdição de diversos direitos às populações negra e indígena no Brasil, que criou e associou as imagens de irracionais e atrasados a essas populações, que relegou à infantilização e retirou a agência das pessoas que não gozam do privilégio de se enquadrarem no ideário do que deve ser a imagem do representante da sociedade ocidental.

A analogia com a areia movediça nos parece propícia porque, num primeiro momento, a luta dos PCTRAMA foi pelo reconhecimento de sua condição de atingidos. Depois de uma longa construção, a próxima frente de batalha foi pelo reconhecimento de sua tradicionalidade, o que atrairia a aplicação do disposto na Convenção 169, da OIT, para o tratamento de suas demandas. Não há que cogitar a reparação de direitos de um grupo de pessoas cuja existência no território é simplesmente negada ou invisibilizada, o que impediria o reconhecimento de suas demandas e especificidades.

O apagamento de grupos de pessoas atingidas, o não reconhecimento de sua existência enquanto sujeitos de direitos que devem ter seus

interesses resguardados e o atraso na sua inclusão no processo de reparação, a título meramente exemplificativo, tem como uma de suas consequências diretas, no fim do dia, que os valores a serem custeados pela empresa sejam significativamente menores.

O que se percebe é que os PCTRAMA estão submetidos, ao longo dos anos, ao enfrentamento sucessivo dos mesmos desafios, quais sejam, o reconhecimento de seu status de tradicionalidade, o reconhecimento de sua existência e a adequada proteção por parte dos entes estatais.

Entendendo que as práticas que levaram ao crime ocorrido em Brumadinho são resultado, sim, de condutas sistemáticas de apagamento das populações negras e de suas formas de vida, de modo a impedir a correta aferição dos danos que por elas foram suportados e, ao final, nos conduz à conclusão de que não há chance de qualquer reparação dos danos suportados, porque não existiu, sequer, um esforço coordenado dos responsáveis pela reparação, no momento adequado, para ouvir e compreender as demandas de um grupo atingido.

É necessário, também,

responsabilizar o Estado brasileiro pelas ações e omissões de seus agentes, que não garantiram, minimamente, o exercício de direitos básicos como os da consulta livre prévia e informada, à autodeterminação etc.

A disputa pela visibilização destes povos e comunidades não é só uma questão ética, na verdade representa uma contribuição prestada ao próprio Estado no sentido de possibilitar a construção de políticas públicas que garantiriam o cumprimento dos mandamentos constitucionais, representando a busca por uma cidadania plena dos indivíduos e o reconhecimento e o respeito às diferentes formas de vida numa sociedade que se declara plural e inclusiva.

É preciso ter em mente que não há espaço para retrocessos na luta pela efetividade máxima dos Direitos humanos, apesar das constantes ameaças e violações registradas, e que a sua proteção não será alcançada sem uma real mobilização da sociedade e da luta constante por sua defesa.

Não existe reparação possível sem que as vozes e os tambores, que insistem em calar, sejam ouvidos e que, de nosso vocabulário seja extirpada a expressão tolerância, pois

incompatível com o status de sujeito de direitos dos membros de nossa sociedade.

O que entendemos essencial, quando pensamos em reparação, é garantir o respeito aos direitos dos PCTRAMA, com a preservação de suas vidas e de seus modos de viver e fazer, bem como com a garantia de sua autodeterminação, sem que haja uma tentativa, ostensiva ou não, de tutelá-los no exercício de suas cidadanias.

SOMA-SE A TODAS AS PERGUNTAS ANTERIORES A QUE ENCERRA ESTE TEXTO: ESTAMOS, DE FATO, DISCUTINDO REPARAÇÃO, OU APENAS DEMANDANDO RECONHECIMENTO E O EXERCÍCIO PLENO DA CIDADANIA PARA AQUELES INDIVÍDUOS E SUJEITOS QUE, ATÉ HOJE, NO ANO DE 2023, PRECISAM LUTAR PARA TER RECONHECIDA A SUA HUMANIDADE?

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

1. GONZÁLEZ, Lélia. Por um feminismo afro-latino-americano. São Paulo: Zahar, 2020.
2. HARVEY, D. 17 contradições e o fim do capitalismo. São Paulo: Boitempo, 2016.
3. MILLS, C. W. O contrato racial: edição comemorativa de 25 anos. Tradução Teófilo Reis, Breno Santos. Rio de Janeiro: Zahar, 2023.
4. MORAES, R. J. Teoria geral do racismo religioso: crime de ódio. Revista Tempo Amazônico, Macapá, v. 4, p. 17-31, jul./dez. 2016. Disponível em: https://www.ap.anpuh.org/download/download?ID_DOWNLOAD=1968. Acesso em: 12 out. 2023.
5. PROJETO RIO DOCE. Avaliação dos

impactos e valorização dos danos socioeconômicos causados para as comunidades atingidas pelo rompimento da Barragem de Fundão: nota técnica: racismo e o processo de remediação do desastre da Barragem de Fundão. [Rio de Janeiro]: FGV, 2021. Disponível em:

https://www.mpf.mp.br/grandes-casos/caso-samarco/documentos/fgv/2021/fgv_racismo-e-o-processo-de-remediacao-do-desastre-da-barragem-de-fundao-1.pdf. Acesso em: 23 out. 2023.

6. SILVA JÚNIOR, H.; SANTOS, C. R. dos; BARBOSA, F. L. Conhecimento tradicional ameaçado pelo rompimento de barragens de mineração: sentença de desaparecimento dos Povos e Comunidades Tradicionais de Matriz Africana. In: ALEIXO, L.; ARCANGELO, W. O direito das comunidades atingidas pela mineração à Assessoria Técnica Independente. Belo Horizonte: Cáritas Brasileira Regional Minas Gerais, 2022.

7. VALE. Listas atualizadas. [S. l.], 3 nov. 2022. Disponível em: http://www.vale.com/brasil/PT/aboutv-ale/servicos-para-comunidade/minas-gerais/atualizacoes_brumadinho/Paginas/listas-atualizadas.aspx. Acesso em: 10 out. 2023.



Foto: Ruran Valentino / AEDAS



AMOR DE MÃE

Alessandro Ossola



É PRECISO UMA COMUNIDADE INTEIRA PARA EDUCAR UMA CRIANÇA

IYÁ KATIUSCIA DE YEMANJÁ (KATIUSCIA LUCAS SEVERINO)

É PRECISO UMA COMUNIDADE INTEIRA PARA EDUCAR UMA CRIANÇA

IYÁ KATIUSCIA DE YEMANJÁ (KATIUSCIA LUCAS SEVERINO)

Começo estas linhas para dizer sobre memória, não uma qualquer, fechada em mim mesma, apesar de parecer que falarei apenas de minhas subjetividades. É que a gente forjada pela oralidade e pelo viver em roda só sabe ecoar memória contando histórias, mas não é que elas se cruzam nessa sociedade escravocrata e arrebetam nas mesmas histórias de tantas vidas que enfrentam cotidianamente a dura tarefa de, pelas encruzilhadas, buscar refúgio, fazer caminhada e construir resistência? Vou lançando essa pedra hoje, bem como Exu, para que possamos acertar o ontem!¹

Quando decidi, bem, não fui bem eu que decidi, posso dizer que quando a ancestralidade, logo um conjunto de muitas mãos e viveres, me sensibilizaram a caminhar pela educação (no caso sua sistematização para atuar em educação formal) eu sinceramente acreditei que precisava fazer o protocolo ocidental e investir e me vestir da figura da educação deles: os colonizadores.

Passei alguns anos nesta

trajetória de aquisição de tudo que eu não sabia, mas de certa forma eu precisava saber para poder afirmar que eu era então um corpo que sabe que sabe, e só assim eu faria corretamente o trabalho pedagógico linear e correto. Após todo esforço de encaixe naqueles conhecimentos - compra do livro deles, do manual ortográfico deles, da forma de vida deles e logicamente dos discursos que eles produziram sobre todas as vidas, incluindo as nossas - apesar de haver vários momentos de estranhamento do que ali se falava e do que havia em mim, eu cumpri o protocolo certa de que, sem aquele manejo de conhecer todos os autores brancos falados em palestras e tido como deuses do saber, eu não iria chegar longe.

Lembro então da primeira vez que fui convocada a não esquecer quem eu era, de onde vinha e o que eu estava a fazer com a educação que iria pôr em prática: "vocês estudam para ficar burros, quanto mais vocês leem esses livros, menos vocês aprendem", disse Pai Maneco de Angola num dia de festa e

frente às nossas condutas na comunidade. Confesso que demorei algum tempo para entender o todo, custei a perceber a sutileza e a força daquele ensinamento, que sem sustos chegou suavemente no observar dia a dia.

Por que nós temos tanto de priorizar os livros dos outros, se eles de fato contam as percepções desses outros sobre tantas vidas? Por que o saber só pode ser encontrado em livros, se os livros não nos antecedem, ao contrário, eles partem de nós, da memória que nós produzimos? E por que, afinal, há tão pouco das muitas vidas e desse pouco, distorções múltiplas; e muito dos poucos outros como saber de verdade nesse tantão de conhecimento escrito e legitimado por aí?

Longe de acreditar que é simples responder às tantas questões que secularmente estão na base do conhecimento mundial, base unilateral e de uma "história única"² entranhada nos fios que costuram o contado, por inúmeras vezes funcionando como correntes, viseiras e mordanças, longe mesmo da superficialidade, gostaria muito de poder proporcionar a quem está lendo estas reflexões sobre o que venha ser educação, um momento de trânsito, de travessia, de encontro e

reencontro com as possibilidades de educar!

Educar como sente a brisa no rosto, se banha com água de chuva de verão, como moleque sorrindo com a bola na mão e o corpo banhado de suor e felicidade, como reza coletiva entoada por muitas gargantas, como som de paó, como abraço, perfume e carinho das Yabás, como pena de galinha voando, pairando longe, sendo adorno de cabeça, sendo patuá de proteção; como pisar o chão - "dorme dorme dormideira, só acorde na segunda feira". Como panela cheirando ajeum, como doce voando pelo muro, risada alta, casa cheia, molecada feliz: "o piau pula por cima do pau o piau", como lembrança da menina miudinha, pingo de gente, grudada na perna de boiadeiro, puxando laço da³ roupa chamando para dançar, como a magia das ervas quinadas, das folhas batidas no corpo, das palavras fortes que benzem, e das que fazem trocadilhos de defesa... educar com firmeza que corrige, mas também afaga, que traz pertencimento e não deixa o corpo esquecer! Assim se vive! Afinal, morrer é cair no esquecimento; é perder-se da memória dos seus e suas.

Parece tudo muito abstrato para um jogo de conhecimentos exatos e fechados em si, porque

de fato é abstrato mesmo, é sobre tocar, sentir, acolher, afetar! Então, o que as pedagogias seculares do memória negra que se constitui povo de terreiro tem tanto a ensinar? Acredito que todes já perceberam que esta escrita não é convencional, e aí está o primeiro ensinamento que as comunidades negras de axé me tomaram. É que para poder entender o erê tem que tá moleque, diria uma famosa canção de um poeta do nosso povo. Eu arriscaria dizer que o poeta viu essa sabença no chão de um terreiro porque ela diz sobre muitas coisas, e educar é uma delas.

Falar de educação de axé, de comunidades tradicionais tem sido um tema bastante ampliado. Muitos dos nossos e nossas chegaram nos espaços legitimados de conhecimento e passaram a registrar as vidas com suas próprias mãos, com as experiências ali tecidas. De mesmo modo, o manejo colonial aguçou seu fetichismo sobre a “beleza, a pureza, a tecnologia” que vêm das comunidades tradicionais sejam negras sejam indígenas, e resolveu se afirmar dentro conhecimento - eu diria que é mais um movimento “não aceito ficar para trás..., como pode agora as próprias comunidades quererem contar seus processos de conhecimento? Vejam só!”

O fato é que começamos sim a falar desse mundo decadente que nos odeia, apontar as mazelas cruéis e aniquilantes do racismo, e ao mesmo tempo expor como vemos a humanidade pelas nossas “filosofias” e também por que elas sempre acolheram diversos corpos, inclusive os que são vistos como únicos humanos. Começamos a falar das práticas educativas que nos significam e que nos fizeram viver e chegar até aqui. Fugindo a qualquer linearidade, abro essa rede de dizeres pedagógicos ancestral com uma vivência para tentarmos compreender o tamanho que é ensinamento africano das muitas mãos que educam.

Quando descobrimos a chegada de mais um novo filho na comunidade Obá Labi, sendo gestado no útero da noviça de Oxum, começamos a nos preparar para essa vida. O filho considerado inesperado, não planejado surgiria na vida de jovens pai e mãe, assim são os sentidos que a sociedade ocidental nos ensina, digo isso porque a criança já era esperada pela ancestralidade, pois tinha sido anunciada no Panã da yaò (Como Panã compreendemos o processo de educação e reinserção na sociedade após o encontro ancestral ter sido concluído). É preciso entender que somos

sujeitos atravessados pela colonização e mesmo iniciados em cultura afro-brasileira ou africana, continuamos nessa lógica ocidental de vida.

Yeola, mulher racializada branca, noviça que embalava em seu ventre o novo ser, tinha muitas questões com a maternidade. Acredito que qualquer mulher em sã consciência também tenha. O mundo Ocidental definitivamente odeia mulheres, e estamos a toda sorte. Quando somos negras, a sorte certamente é muito mais escassa. Yeola, mesmo não negra em cultura afro-brasileira, recebeu todo afeto, não foi desencorajada a não ser ela mesma, a deixar de ser mulher, ao contrário, foi fortalecida ao máximo sobre o respeito de si. Ao seu ventre, veio a bênção da comunidade: um a um todos se ajoelharam dos mais velhos e velhas aos mais jovens, desejando a ela e ao neném boas falas, sorte, felicidade do modo como a boca quis falar.

Yeola banhou-se com erva, cuidou do ori da nova vida. Lucca já nasceu sabendo sua ancestralidade, Ogunzinho como a comunidade o chama, numa recusa do nome ocidentalizado, já se encontrou com as folhas sagradas, com os braços dos seus, com amor dos seus. Os rapazes, jovens, pois a

comunidade tem muitos jovens, cuidam de Ogunzinho tal qual as mulheres, às vezes achamos que até mais. Os rapazes, jovens negros, abraçam a criança, asseiam a criança, ninam, prepararam o alimento. Os ogans, pais ancestrais, põem Ogunzinho no colo e fazem gestos com suas mãozinhas como se estivesse tocando atabaque. Ogunzinho já participou das várias ações culturais do axé, já foi lambido pela cachorra e escuta o cantar dos galos. A criança ainda que pequena demais já vivência sua comunidade e sua comunidade aprende a nova vida que chegou. Ele Vivencia a natureza e toda completude da existência.

O estar no terreiro tece uma rede de vivências muito próprias e com contornos educativos da relação dos mais velhos e velhas com os mais novos. É uma relação que costumamos ouvir dizer hierárquica, mas que nada tem de poder mas sim de caminhada pelas vidas, gerotocrática caberia melhor dentro dos sentidos da língua colonizada. Os noviços sempre estão na posição de sentar e escutar os mais velhos e velhas, mas longe de ser uma escuta passiva, ao contrário é escuta mútua, de alinhamento do tempo, de produção de reflexão e novos conhecimentos sempre. É uma relação de despertar.

Falar desse mais velho e velha se torna complexo porque estamos pensando duas redes culturais diversas, uma que despreza o avanço da idade e a outra que faz dela seu bem maior. Também teremos que compreender que crianças mal-educadas se tornam adules mal-educades. E que nesse fecho o papel que um mais velho e velha poderia cumprir nessa relação de ensinamento se fragiliza, mais ainda sim existe um corpo com muitas experiências que nem sempre consegue alcançar a completude de reconhecer tantas histórias que poderiam educar. É nesse sentido que podemos perceber algumas violências raciais, de gênero, sociais que os corpos podem produzir ainda que significados por essa memória de axé. Não podemos nos esquecer, vivemos em redes educativas que se impõem pela divisão raça, gênero e classe. Com uma cismatividade fruto das heranças coloniais ocidentocêntricas.

Para nosso princípio de terreiro, há vidas que já nascem velhas! Ori tem história, guarda memória, ainda que a gente não lembre. Mas o que se faz com as crianças que já nascem velhas? Tudo elas podem? Elas que orientam, então? Definitivamente, não é pragmático assim. Todo processo tem uma comunidade

inteira para gerir, para educar com os corpos ali presentes, pelo conflito e pelo tempo, regulado por um princípio ético chamado Exu.

Portanto, os corpos não só tem a possibilidade de educar como também se deseducar dos vários anos de uma construção excludente, opressora, preconceituosa, estática, silenciadora. É um processo de reconhecimento da memória que os significa podendo se desterritorializar no caso de uma memória colonial escravocrata, bem como retornar e não se permitir que apaguem a potência de seu corpo. Ambos processos de não se deixar morrer.

Quando conto a vivência das terras de Xangô e trago os fortalecimentos negros ancestrais a esta noviça de Oxum, cujo corpo marquei como de uma mulher branca, quis demonstrar nesse lugar de aprendizado da cultura negra a urgência de reconhecer que existe uma experiência de vida nas práticas de terreiro que não instituiu um processo de divisão racial de suas redes educativos e de afeto, ao mesmo tempo que não se desconecta da possibilidade de perceber a lógica da racialização de inferioridade que o ocidente impôs à memória negra.

É que nas pedagogias ancestrais não só se deve reconhecer o lugar de produção histórica de vida na gestão deste país, como de fato que essa produção de conhecimento serve para educação de pessoas brancas, e para pessoas negras, se torna, fundamentalmente, uma tomada de memória, de restituição dos saberes secularmente roubados, e sobretudo um lugar de humanização, invertendo a lógica que subalterniza e mata: jovens negros vivos, cuidando, dando amor e não somente sendo sexualizados e postos como monstros nessa sociedade; mulheres negras sabendo da sua relação histórica na produção de energia, de administração e de cuidado na gestão do coletivo. Mulheres encorajadas e potencializadas a ser.

A pequena Helena, nossa molequinha, dia desses chegou com um questão escolar simples mas que se tornara um pesadelo para ela, havia ficado na tal recuperação, estava se sentindo rechaçada, triste. O pai, nosso filho, tinha incorporado o ocidente todo e havia de despejar retalhações para cima da menina, de apenas cinco anos. Lembre-se das significações ocidentais a quais estamos sempre submetidos e nesse jogo de resistência.

A pequena ao chegar no território com a questão, a primeira coisa feita pelos mais velhos e velhas foi tranquilizar e dizer sobre a normalidade de não entendermos tudo, os jovens até riram, desespero possivelmente, ao falar se suas aflições universitárias (percebam que a questão de Helena atravessou o tempo). A menina chorou. Não havia ser daquele jeito que ela entenderia sua importância no mundo e que por muitas vezes a recuperação dada a ela, deveria ser da estrutura imposta a ela.

O que foi feito então? Helena apesar de pequena já está aprendendo a ter um lugar de mãe, pois é suspensa a um cargo⁴ de matrigestão chamado Ekedji. Apesar do cargo apontado, ela tem toda sua infância garantida, seus momentos, seu soninho, sua hora de alimentação. Mas Helena ocupa ali aquele lugar de aprender a rezar (e em Iorubá), a amarrar os laços, a cuidar dos corpos que estão encantados naquele momento.

Ela estava bem ferida com o fato de não ser tão capaz na escola, então, a mãe da comunidade - a Yakekere - mandou que ela cantasse uma reza, ela fez! A mãe deu pano de Ekedji para ela por no ombro, e pediu que cuidasse de Logun Ede⁵ que estava suado

da dança. Logun se baixou para ela secá-lo, tirou seu chapéu, deixou ele por a pôr mão em seu ori, ali houve carinho, respeito mútuo e axé! No final já havíamos escutado que Helena tinha desvestido Oyá sozinha, ora veja, quanta capacidade. No dia de voltar à escola, pediu seu banho de flores que ganhara de Oxum! “A mãe pequena falou para eu tomar banho para ir”, sua dose de coragem ainda tão pequena para enfrentar o mundo estava renovada.

Há muitas questões sobre a educação que o ocidente nos impõem enquanto pessoas negras, e há como afirma Achile Mbembe, uma tragédia atingindo vários povos, inclusive os descendentes brancos do ocidente, é o “Devir Negro” no mundo. A educação imposta tem uma memória colonial e excludente: para nós negros o chicote, para os brancos um conhecimento cheio de ódio e dominação, conhecimento que não pode não adoecer a todes.

E os adultos nesta educação... Ora lá no início falei de quando Pai Maneco me chamou a atenção sobre meu emburrecimento, falei que não decidi sozinha educar, falei dos e das jovens que aprendem diante a vida que se constrói, falamos de pertencimento, identidade e localização

racial... somos sempre pequenos diante dos nossos mais velhos e velhas e grandiosos para nosso território. VIDAS NEGRAS por aqui não só importam, educam, se re-educam e podem des-educar esse formato excludente. Vidas negras ancestrais constroem muitas memórias, e hoje é nossa responsabilidade mantê-las em circularidade e potência.



DE FATO, É PRECISO UMA COMUNIDADE INTEIRA PARA EDUCAR UMA CRIANÇA

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS


1. Paráfrase do provérbio yoruba "Exu matou um pássaro ontem com a pedra que atirou hoje"
2. Remissão ao livro "Perigo de uma História Única" de Chimamanda Adichie.
3. Memória colhida de uma das tantas festas de 27 de setembro no território ancestral Ilê Axé Obá Labi, situado na Pedra de Guaratiba, nesta Caboclo Laje Grande, ancestralidade brasileira dançava e uma pequena menina da comunidade em torno da casa, dançava também segurando o laço de sua roupa.
4. Cargo sacerdotal designado a mulheres que ficam responsáveis pelo cuidado com a comunidade durante os ritos, pela comunicação com a ancestralidade, pela organização social, São mulheres de olhos atentos à convivência coletiva e gestão da

comunidade.

5. Ancestralidade que representa um Olode, um caçador. No Brasil, é lido como a ancestralidade de um jovem príncipe, filho de Oxum com Oxossi. Mas indiscutivelmente, em nossa tradição é um guerreiro.





 **ALEGRIA**
TUDO MENINO É UM REI
BRUNA SANTOS



BAOBÁ

YASMIN FLORES

Bato cabeça e peço a benção a todos os meus ancestrais que
plantaram nessa Terra as frutas que hoje eu colho
Sei que não foi sem luta, mas gostaria que soubessem e que essas
palavras ecoassem no Orum que sou grata pelo vosso plantio
A todes que passaram pelo Ayê e imprimiram amor nos braços do
Povo em Pé
É através das árvores que sinto o vosso abraço

Bato cabeça e peço a benção ao Baobá
Choro as lágrimas que vêm do coração e transbordam os olhos
regando o chão
Sinto o amor de uma mais velha que passou por ali
E como é bonito sentir
Que estamos juntas em coração

Que o amor que imprimo aqui, nesta árvore que é o viver, se
perpetue e chegue até aqueles que ainda não chegaram na Terra,
mas que hão de nascer
Que as crianças aprendam, desde pequeninas
Que luta também se faz com afeto
Que é ele, o amor, que rega a Vida e faz com que ela continue

Chegamos vivos até aqui
porque também nas senzalas tinha festa
E no canto e no corpo, mais do que dança, uma reza
As estratégias de luta e de manutenção da saúde mental são
primordialmente do afeto

Aprendi com as árvores que se doar amor é sinal de abundância, é
cacho forte, penca farta
E que esse amor vai se apresentar de diversas formas
Queira Oxum que não mais nos assassinem por amarmos quem
amamos
Queira Oxumaré que nossos amores em cores também possam
reverberar pelos ares

São tão múltiplas as folhas
Também tão diversas as pessoas
Que veneno e remédio
São irmãos gêmeos que habitam a mesma folha

As árvores me dão tudo
E não esperam nada de mim
Apenas que eu também cresça

Mas se engana quem pensa,
que as árvores crescem só
abaixo do solo, uma grande rede de raízes se faz
que se conecta e se comunica

Se eu fosse só, já não estaria mais aqui
Não sou só
Não ando só

Entre o Orun e o Ayê meu corpo caminha
Em cada folha, Ossain
Em cada árvore Oxóssi
A Terra é do velho

A água da chuva já foi de Oxum mas ela emprestou pra Oyá que
devolve à Nanã regando as raízes do
Povo de Pé

Quem sabe do mundo é o Tempo
Iroko Sô

Meus velhos, recebi de vocês a mensagem e transmito aos meus mais
novos:

"Quem começou a luta pela liberdade nos navios tumbeiros, não
viu o fim da escravidão.
Nem por isso a luta foi em vão.
Talvez eu morra sem ver muita coisa do que eu quero ver se
modificar
Isso não quer dizer que não valeu a pena lutar."

Peço licença
Bato palma sim, é respeito!
Planto na terra a semente que quero ver brotar

Olorum queira, meu pai
Que eu a veja pelo menos germinar
Mas se eu voltar antes, meu pai
Eu agradeço por ter me permitido plantar
nesse chão, a semente da Justiça
regada de memória

Sei que não eu
Mas outros vão se alimentar
da reparação histórica
que nessa Terra há de brotar

Eu sou porque nós somos
aprendi com a mulher que lutou a partir dos nossos sonhos
que a vida é barra
mas que a gente aprende a se equilibrar

E quando menos se vê
medalhas estarão adornando o pescoço da melhor e mais completa
ginasta do mundo

E quando menos se esperar
os povos indígenas suas terras irão retomar
os nomes e sobrenomes de origem africana os cartórios irão
registrar
uma ministra negra uma cadeira no STF irá ocupar

Iremos então comemorar
a alegria de termos lutado, mesmo que cansados
Por sermos sementes vivas na Terra do esperar.



REALIZAÇÃO



INSTITUTO
MARIELLE
FRANCO